



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ADRIELI SCHMITZ**

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-CAMPUS CHAPECÓ (2015/1-  
2015/2)**

**Orientador: Prof. Msc. Bruno Antonio Picolli**

**CHAPECÓ  
2016**

**ADRIELI SCHMITZ**

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-CAMPUS CHAPECÓ (2015/1-  
2015/2)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de  
grau de licenciado em História da Universidade  
Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Msc. Bruno Antonio Picolli

**CHAPECÓ  
2016**

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Schmitz, Adrieli

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-CAMPUS CHAPECÓ (2015/1-2015/2) / Adrieli Schmitz. -- 2016.

91 f.:il.

Orientador: Bruno Antonio Picoli.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História, Chapecó, SC, 2016.

1. Estágio. 2. Formação de Professores. 3. Relatórios. 4. Legislações. 5. Licenciatura em História. I. Picoli, Bruno Antonio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ADRIELI SCHMITZ**

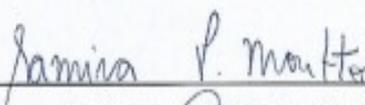
**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA LICENCIATURA EM  
HISTÓRIA: PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE HISTÓRIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-CAMPUS CHAPECÓ (2015/1-  
2015/2)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Msc. Bruno Antonio Picoli

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
01/07/2016

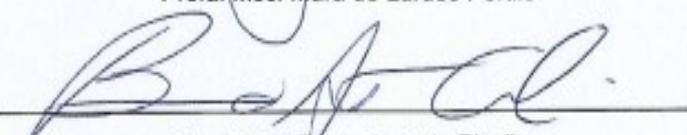
**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto



\_\_\_\_\_  
Profa. Msc. Mara de Lurdes Pertile



\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Bruno Antonio Picoli

Dedico este trabalho a minha família e amigos, e principalmente aos meus pais, Osvaldo e Erenita, pelo apoio e compreensão incondicional de sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

A concretização desta pesquisa só foi possível graças a inúmeras presenças importantes.

Aos meus pais, Osvaldo Schmitz e Erenita Teresinha de Quadros Schmitz, pelo apoio, carinho e compreensão de sempre.

Ao meu orientador Bruno Antonio Picoli, pela competência, gentileza e ensinamentos prestados durante a graduação e no período específico de realização deste trabalho.

A todos os professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul por todos os ensinamentos prestados.

A todos os colegas que estiveram presentes durante toda a graduação, em especial às colegas Precila Kátia Moreira, Cláudia Gaspar e Taiane Massi, pelas conversas, apoio e convívio durante todo o curso, e em específico na reta final de realização deste trabalho.

Aos meus amigos pelo apoio e amizade.

Ao querido Jesuel Jones Buffon pela alegria e carinho.

A todos os meus familiares, que direta ou indiretamente, foram compreensíveis e contribuíram com carinho e apoio durante toda essa caminhada.

## RESUMO

A presente pesquisa busca analisar os Relatórios de Observação e Docência elaborados pelos alunos/estagiários do curso de Licenciatura em história, da Universidade Federal da Fronteira Sul, e assim, verificar se os mesmos atribuem importância ao estágio curricular realizado durante o curso de graduação, para a formação docente. Assim, a fundamentação teórica se dará com autores como Selma Garrido Pimenta, Hilda Ortiz Dmiruck, Joana Romanowsky, Stella Piconez, entre outros. A pesquisa está dividida em três capítulos, sendo que no primeiro foi feita uma rápida contextualização da formação de professores no Brasil, bem como verificação de Leis, Regulamentos, Diretrizes, que tratam dos estágios e da formação docente em geral, e específico em história. No segundo capítulo, se enfatizou mais a formação de professores de história, fazendo ainda uma análise do Projeto Pedagógico do Curso de história da UFFS (2010). Já no terceiro capítulo foram analisados os Relatórios de Observação, Projetos de Intervenção e Relatórios de Docência no Ensino Fundamental de seis alunos/estagiários, no período de 2015/1 e 2015/2. Assim, observou-se e concluiu-se que os alunos/estagiários acreditam ser o momento de estágio muito importante para sua formação como professor, tendo em vista que é ali nesse momento onde se estará vivenciando a realidade da Educação Básica, podendo refletir e analisar as diversas situações que ocorrem cotidianamente nesse meio. Ainda foi possível perceber aspectos que os alunos/estagiários destacam, como caracterização das turmas quanto calmas ou agitadas, se é mesmo uma turma calma o que se busca para melhor se alcançar os objetivos, como será possível perceber no texto posteriormente.

**Palavras-chave:** Estágio. Formação de professores. Relatórios. Legislações. Licenciatura em história.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze the Observation and Teaching reports prepared by students / trainees of the Bachelor's Degree in History from the Federal University of Southern Border, and thus verify that they attach importance to internship carried out during the undergraduate course to teacher training. Thus, the theoretical foundation will be with authors like Selma Garrido Pimenta, Hilda Ortiz Dmitruck, Joan Romanowsky, Stella Piconez, among others. The research is divided into three chapters, of which the first was made a quick contextualization of teacher education in Brazil, as well as verification of Laws, Regulations, Guidelines, dealing with stages and teacher training in general and specific in history. In the second chapter, he emphasized more the training of history teachers, still making an analysis of the Education Programme of the UFFS history degree (2010). In the third chapter we analyzed the observation reports, Intervention Projects and Reports Teaching in Elementary School six students / trainees, between 2015/1 and 2015/2. Thus, it was observed and it was concluded that the students / trainees believe to be very important stage of time to his training as a teacher, with a view that is there at the moment where you will be experiencing the reality of Basic Education, which can reflect and analyze the various situations that occur every day in between. Could still see aspects that the students / trainees out, such as characterization of classes as calm or agitated, even if it is a peaceful group which seeks to better achieve the goals as you can see in the text later.

**Keywords:** Internship. Teacher training. Reports. Legislation's. Degree in history.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de divisão dos CCR's do curso .....	45
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PPC Projeto Pedagógico do Curso

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

UCE Unidade Concedente do Estágio

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

ACT Admitido em Caráter Temporário

SED Secretaria de Estado da Educação

CCR Componente Curricular

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL.....	13
2.1 TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	13
2.2 O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ( reflexão teoria e prática).....	22
2.3 ESTÁGIO COMO PESQUISA.....	29
2.4 IDENTIDADE DOCENTE.....	31
2.5 O ESTÁGIO NAS LEIS.....	33
3 ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA .	38
3.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM HISTÓRIA.....	38
3.2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-UFFS	41
4 OS ESTÁGIOS EM HISTÓRIA NA UFFS.....	52
4.1 PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO.....	53
4.2 PROJETOS DE INTERVENÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DE HISTÓRIA-UFFS.....	62
4.3 PERÍODO DE DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: PERCEPÇÕES E RELATOS DOS ALUNOS/ESTAGIÁRIOS.....	68
4.4 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO .....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
FONTES.....	89

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscará analisar as diferentes percepções dos alunos/estagiários e, a partir daí, inferir a importância do estágio supervisionado na licenciatura em história. Para a realização dessa pesquisa serão utilizados como fonte o Projeto Pedagógico do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (2010) e os Relatórios de Observação e Docência dos alunos do curso de licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), tendo como recorte o período de 2015/1 a 2015/2.

O objeto de pesquisa será Os Relatórios de Estágio realizados pelos alunos/estagiários do curso de história da UFFS, no período de 2015/1-2015/2. O problema de pesquisa se dará em torno da análise desses Relatórios e se os alunos/estagiários inferem importância ao Estágio Curricular supervisionado durante a formação como professor de história. O interesse pelo tema surgiu após ter concluído os Estágios durante o curso de licenciatura em história, pela UFFS, visto que os mesmos me fizeram refletir e entender sobre como é importante esse contato com a realidade docente na educação básica durante a formação, e assim, perceber e analisar se os outros alunos estagiários também davam importância e acreditavam ser válidos esses momentos para suas formações. Para tanto, serão analisados os Relatórios em um recorte de tempo de 2015/1 e 2015/2, que não são do período em que realizei os Estágios no Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental foi escolhido por ser o primeiro contato de estágio dos alunos, no Ensino Médio os mesmos já teriam tido uma primeira experiência, por isso, se entende ser mais coerente com o que se busca na pesquisa, enfatizar e utilizar o estágio no Ensino Fundamental

A metodologia será baseada na análise dos conteúdos e discursos desses alunos/estagiários, no período exposto anteriormente, sobre a expectativa e experiência que tiveram tanto na observação quanto na docência, expostas em seus relatórios. Para tanto, serão analisados 6 alunos/estagiários e seus respectivos Relatórios dos estágios realizados, sem a revelação dos nomes dos mesmos, sendo

utilizados para identificá-los letras.

Assim, procura-se entender com esse trabalho, a importância que os alunos/estagiários do curso de licenciatura em história da UFFS inferem aos estágios realizados durante o curso, para a sua formação como professor.

A importância de tal estudo gira em torno de identificar como os alunos avaliam os estágios que realizam durante o curso e sua formação, bem como fazer um panorama do atual momento da educação em relação as Leis, Regulamentos, entre outros, e, de que modo a formação dos professores influencia na educação de forma geral, mais especificamente, como os estágios durante a formação do docente influenciam no seu futuro profissional, e assim na educação. Pesquisas como essa são necessárias para pensar continuamente como essa parte da formação do futuro profissional deve ser feita com muita dedicação e aproveitamento, buscando refletir analisar, criticar, relacionar com todo o restante do curso e os meios que fazem parte de sua formação. Não deve ser visto separadamente e como algo meramente burocrático, a se cumprir para poder se formar. Para tanto, parar para pensar e analisar esse momento da formação, e como o mesmo foi visto, estudado e feito ao longo dos anos na formação dos professores é importante para que se busque cada vez mais a qualidade na formação docente e na educação, bem como se os próprios alunos/estagiários inferem importância para os estágios feitos durante sua formação.

Assim, a pesquisa será dividida em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo será analisado como foi a formação de professores, iniciando rapidamente com a chegada da Família Real, até os dias atuais, com as legislações e principalmente a organização das licenciaturas e como eram os estágios nesses cursos, de que forma teoria e prática foram ligadas e trabalhadas durante a formação de professores, tanto em âmbitos de formação primária, quanto em formação superior. Levando em consideração que nem todos os professores em atuação tem a formação exigida, muitas vezes são leigos, o que acontece, mesmo que em menor escala, também nos dias atuais. Dentro do primeiro capítulo será possível observar uma rápida explanação da formação de professores no Brasil, as Leis, Regulamentos, Diretrizes, entre outros que regulamentam a formação docente, englobando os cursos, estágios, objetivos para a formação, entre outros. Também a importância da realização do estágio como pesquisa, bem como a formação

identitária do professor, que ocorre inclusive já no curso e no estágio em específico.

O segundo capítulo será mais específico na formação do professor de história, assim, será utilizado como fonte o Projeto Pedagógico do Curso- PPC de licenciatura em história (2010) da UFFS, sendo que o mesmo não é o atual, mas será utilizado esse por conta de que a turma de alunos/estagiários que serão analisados os Relatórios, é regida pelo PPC de 2010. Além disso, já é imprescindível enfatizar, que não existem muitas pesquisas em relação a formação do professor em história especificamente, sendo um importante campo para futuras pesquisas e de avanço da ciência, por isso, esse debate fica um pouco defasado.

No terceiro capítulo serão analisados os Relatórios de observação e docência, bem como os Projetos de Intervenção produzidos pelos alunos/estagiários do curso de licenciatura em história da UFFS, 2015/1-2015/2, analisando se os mesmos inferem importância para esse momento da formação docente. Para tanto será possível perceber como os mesmos avaliam, observam e relatam suas experiências, como foram as diferentes formas de vivenciar os Estágios realizados, para então verificar se inferem importância.

Os Relatórios de Estágio são um tanto diferente de outros documentos, os alunos/estagiários não os realizaram pensando nessa pesquisa, por exemplo, ou pensando que seriam objeto de pesquisa em qualquer outro momento, por isso, existem certas questões que se pretendia refletir como a expectativa que sentiam antes de iniciar o estágio, que muitos não colocam em seus Relatórios. Assim, os Relatórios que aqui serão analisados são fontes primárias, pois são o objeto direto de estudo.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> CAMARGO, Fernando. As fontes históricas. Disponível em: <[http://filoinfo.net/disciplinasonline/pluginfile.php/3041/mod\\_resource/content/1/AS%20FONTES%20HIST%C3%93RICAS.pdf](http://filoinfo.net/disciplinasonline/pluginfile.php/3041/mod_resource/content/1/AS%20FONTES%20HIST%C3%93RICAS.pdf)> Acesso em 23/06/2016.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL**

O primeiro capítulo dessa pesquisa tem por objetivo discorrer sobre a trajetória da formação docente no Brasil. Tendo em vista que se propõe chegar na importância dos estágios curriculares para a formação do professor de história, em específico, pela visão de estagiários do curso de história da Universidade Federal da Fronteira Sul. Para tanto, é necessário entender como foi a formação desses profissionais em determinados momentos, bem como a legislação. Para nortear as pesquisas serão utilizados autores como Pimenta e Lima (2004), Pimenta (2011), Romanowsky (2007), entre outros.

### **2.1 TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Diversas são e foram as discussões sobre a prática e o estágio durante a formação de professores no decorrer da história no Brasil, como será exposto posteriormente. Para tanto, se faz necessário entender rapidamente algumas questões como as legislações, a história das universidades e dos cursos de licenciatura e a prática e formação docente.

Segundo o autor José Geraldo de Souza (1996), o ensino superior no Brasil começa a existir com a vinda da Família Real, em 1808, sendo uma formação mais voltada para atender as necessidades da época, então sendo um ensino de formação profissional. O autor enfatiza que o que se trouxe foram os modelos europeus de ensino superior, e não, as ideias. Mas afinal, quem eram os professores nessa época? Segundo Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira e Angela Galizzi Vieira Gomide (2013, p. 2):

De 1549, quando os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil, até 1759, ano da expulsão dos religiosos pelo Marquês de Pombal, os princípios cristãos cultivados em Portugal impregnaram cada momento da educação no Brasil.

É possível perceber então que antes da Reforma Pombalina as aulas tinham

uma visão totalmente voltada para a Igreja, para fé (com os jesuítas). Ainda em meados do século XVI surge a Tendência Liberal Tradicional que segundo as autoras Queiroz e Moita (2007) começou no Brasil com os Jesuítas. Aqui o papel do professor era peça fundamental e principal, já que se tinha em mente que o aluno chegava sem nenhum conhecimento e seria moldado, ou seja, deveriam memorizar conteúdos, sem questionar. Eram formados para serem pessoas que não criticassem e sim para serem passivos, sendo assim tudo o que era passado era uma verdade absoluta. A relação do aluno com o professor, se dava exclusivamente com autoridade. Em 1759 o governo Português lança um alvará estabelecendo as aulas régias para Portugal e suas colônias, surgindo assim o ensino/escola pública. Para organização dessas novas aulas e ensino, foi criado o cargo de Diretor de Estudos, que tinha como uma de suas funções a aprovação, 'contratação' de professores por concurso. Para a seleção desses professores não se exigia apresentação de nenhum documento que comprovasse a habilitação para o cargo, bastava irem bem nos exames e comprovarem bons antecedentes, boa conduta pessoal.<sup>2</sup> A reforma Pombalina foi inspirada e baseada no iluminismo português, sendo voltada para o progresso científico, como afirmam Gomide e Vieira (2013, p. 4).

Para Romanowski (2007) a partir de 1835 começaram a surgir as primeiras Escolas Normais que tinham em sua formação conteúdos da escola primária e também os pedagógicos, tendo duração de dois anos. Porém, houve pouca procura por esses cursos, sendo então nomeadas pessoas sem formação e com algum prestígio social para atuarem como professores. Também surge outro procedimento para a formação dos mesmos, que seriam os professores adjuntos, sendo que esses deveriam ficar com os professores mais experientes para realizarem sua formação, ou seja, era uma formação mais prática.

As primeiras Universidades surgem no período da Primeira República (1889-1930), nessa época também se tem a criação de escolas superiores não dependentes do Estado. A partir de 1920 os professores tiveram outras atribuições agregadas, para uma formação mais ampla em âmbitos de desenvolvimento cultural, social e econômico. Para tanto eram necessários outros métodos, outras

---

<sup>2</sup> CAMARGO, Angela Ricci. Aulas Régias. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>> Acesso em 29/03/2016.

formulações para a formação dos professores. Uma delas foi a ampliação para quatro anos a duração nos Cursos Normais. Ainda nessa época se tem a Tendência Liberal Renovada: O professor passa a ser visto como um facilitador do ensino, assim não é mais o centro da educação, e sim, o aluno se torna fundamental, devendo buscar, experimentar, conhecer, ou seja, conhecimento baseado em experiência, segundo Queiroz e Moita (2007). As autoras Daiane Oliveira, Rafaela D'Andréa, Roberta Killer<sup>3</sup> destacam dentro dessa tendência o movimento escolanovista, na linha progressivista, que tinha influências em John Dewey principalmente, tendo como base a aprendizagem por meio da descoberta pessoal, o meio coletivo, a troca, a experiência e o foco no aluno.

Com a renovação no pensamento e no fazer a educação no século XX, Romanowski (2007) ressalta que houve a necessidade de uma nova formação docente. Assim, em 1946 foi decretada a Lei Orgânica do Ensino Normal n. 8530, que em seu art. 1º dispõe que o Ensino Normal teria como finalidade a formação de pessoal docente para as escolas primárias, e também, os administradores para a mesma. Ainda em 1939 com o Decreto-Lei n. 1.190 inclui-se o curso de pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia, que já dispunha dos cursos de filosofia, ciências e letras, tendo por finalidade a pesquisa e a preparação de candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, como disposto em seu art. 1º. Porém a formação desses alunos seria o bacharel primeiramente, eram formados então “técnicos em educação”, como destacado por Romanowski (2007. p. 77), mas como dispõe o art. 49, o bacharel que concluísse o curso de didática (que seria de um ano) receberia o diploma também de licenciado, seguindo o chamado esquema “3+1”. Até a década de 1960 segue-se esse esquema, onde os três primeiros anos se cursava as disciplinas de cunho específico (bacharel) e depois em um ano as de cunho pedagógico.

Já nas décadas de 1950 e 1960 se tem um período de grandes transformações no Brasil, inclusive e principalmente na esfera educacional. Segundo o autor Darciel Pasinato (S/D)<sup>4</sup> a década de 50 inicia com a eleição de Getúlio

---

<sup>3</sup> D'ANDRÉA, Rafaela; KILLER, Roberta; OLIVEIRA, Daiane. TENDÊNCIA LIBERAL RENOVADA PROGRESSIVISTA. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/tendencia-liberal-renovada-progressivista/18496/>> Acesso em 13/04/2016.

<sup>4</sup> PASINATO, Darciel. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario%201/Downloads/3647-12494-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario%201/Downloads/3647-12494-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em 13/04/2016.

Vargas, que tinha como base para seu governo e eleição o desenvolvimento a partir e com ênfase na industrialização e necessidade de ampliação da legislação trabalhista, mas Vargas acaba se suicidando em 1954, assumindo o governo então Juscelino Kubitschek, que nos anos seguintes obteve crescimento econômico e teve sua política voltada para o Programa de Metas, onde tinha por objetivo inclusive a construção de Brasília. Seu plano buscava atender vários setores como alimentação, transporte, educação, entre outros, o mesmo incentivava o ensino técnico profissionalizante. Com esse desenvolvimento e industrialização havia cada vez mais a necessidade de mão-de-obra. O governo JK encontrou maiores dificuldades em relação ao comércio externo e finanças. Em 1960 com as novas eleições, Jânio Quadros vence. Porém esse governo foi atípico, já que segundo Pasinato (S/D) Jânio Quadros governou de uma forma desconcertante, focando em assuntos que não seriam de sua competência, assim, com o não apoio de diversas entidades ao seu governo, o mesmo renuncia, assumindo a presidência João Goulart.

Ainda no início da década de 1960 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, onde trata no art. 52 que a Escola Normal seria responsável pela formação do quadro profissional relacionado ao ensino primário. Já o art. 59 dispõe que a formação dos professores para o ensino médio deverá ser feita nas Faculdades de filosofia, ciências e letras, como também os professores para o ensino médio técnico deverão buscar formação em cursos especiais de educação e letras. Essa Lei também deixou clara a possibilidade e liberdade de criação e desenvolvimento do ensino particular, assim como garantiu que a educação fosse um direito de todos.

Em 1964 instaura-se no Brasil o Regime Militar, sendo um período muito conturbado e de diversas represálias, já que foi um Regime autoritário. De 1964 até 1985 vários decretos, inclusive Atos Institucionais foram criados. Segundo Bianca Silva Costa (2009) o Ato Institucional de número um (AI-1) trouxe mudanças e fortalecimento ao Poder Executivo, já o AI-2 aumenta ainda mais o fortalecimento e esferas do Poder Executivo, abrangendo também a segurança nacional, ele também coloca o bipartidarismo, existindo apenas o MDB- Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA- Aliança Renovadora Nacional nas eleições, que seriam indiretas. O AI-3

estende as eleições indiretas também para o cargo de Governador do Estado. No AI-4 o congresso é convocado para a aprovação da Constituição de 1967 e o AI-5 acaba fechando o Congresso e aumentando mais ainda a censura e repressão. Uma das tendências ocorridas na educação é a Tendência Liberal Tecnista, sendo essa consolidada em meio ao Regime Militar no Brasil, já que a mesma exigiu certas mudanças no ensino. Nesse modelo, os alunos não eram direcionados a reflexão, pois o ensino era controlado e supervisionado pelo Regime. O objetivo principal era formar mão de obra qualificada para mercado de trabalho. Assim, a instrução era programada, tudo planejado, numa perspectiva em que o professor tinha um papel de neutralidade, sendo um administrador da aula. Então os alunos faziam uma cópia do que lhes foi passado. Para essa modalidade de ensino técnico, foram necessários laboratórios e salas especiais, segundo Queiroz e Moita (2007).

Como um meio possível para não haver revoltas e manifestações contra o governo implantado pelo Regime Militar, algumas reformas de ensino foram feitas. Como as Reformas de Ensino de 1968 mais específica ao ensino superior e 1971<sup>5</sup> mais específica para o ensino de 1º e 2º graus, que segundo Helena Sampaio<sup>6</sup> apesar das décadas de 1960 e 1970 terem sido anos de repressão em todos os sentidos, foram também de expansão no ensino, principalmente no que diz respeito a Educação Superior. Assim, explica que de um lado ocorreram diversos casos de demissão de Reitores, professores, prisão de alunos, entre outros, além de ser inserida a educação cívica obrigatória. Por outro lado, a Reforma de 1968 trouxe mudanças principalmente na valorização da pesquisa e estruturação da carreira, mesmo que dentro dos padrões do regime autoritário. No art. 1º da Lei nº 5.540, de 2 de novembro de 1968, está disposto que a pesquisa é o objetivo do ensino superior. Com essa Reforma se teve um acesso maior ao ensino e também o desenvolvimento de pós-graduação.

Conforme afirma Romanowski (2007) a reforma na educação, de 1968, fez com que as universidades fossem direcionadas para mercado de trabalho, assim, começaram a existir os vestibulares unificados, limite de vagas, entre outros. As reformas ocorridas em 1968 e 1971 criaram também as licenciaturas curtas, porém

---

<sup>5</sup> BRASIL. LEI Nº 5.540 DE 1968 e LEI Nº 5.692 DE 1971.

<sup>6</sup> SAMPAIO, Helena. Evolução do Ensino Superior brasileiro, 1808-1990. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em 13/04/2016.

houve um grande debate e diversas críticas, pois os cursos duravam menos e ocasionaria uma desestruturação na formação dos docentes. A autora enfatiza ainda que com a expansão do ensino particular ocorreu uma diminuição no ensino fundamental público.

Pimenta (2011) apresenta outra discussão em relação as Reformas ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, que seria a falta de professores habilitados para a docência até a 5ª série do ensino de 1º grau, que poderiam ser professores leigos, como exposto no art. 77 da Lei 5692/71. Essa questão de professores atuando nos níveis de ensino mesmo sem a habilitação necessária é possível observar ainda na atualidade. Pois em diversas escolas, com a falta de professores habilitados, é possível perceber o remanejamento de professores atuando em áreas que não são de sua habilitação, assim como, pessoas ministrando aulas sem serem licenciadas ou ao menos estarem cursando uma licenciatura.

A necessidade de formação rápida, inclusive para nível técnico, também foi um dos fatores para a organização dessas reformas, já que foram criadas mais instituições e esferas de ensino e com maior acesso, o que não estava tao bem organizado e específico na LDB nº 4.024 de 1961. Também não quer dizer que tenha resolvido alguns problemas como a falta de professores. Pimenta (2011, p. 56) afirma ainda que com a Reforma ocorrida pela Lei 5692/71, houve uma elevada profissionalização do ensino de 2º grau, sendo que:

A expansão desordenada das faculdades isoladas e particulares, nas quais justamente se privilegiava a oferta de cursos de formação de professores, não tinha a menor relação com a realidade do ensino de 1º e 2º graus. Eram, na verdade, fábricas de diplomas, com funcionamento precário. (PIMENTA, 2011, p.57)

Por isso, enfatiza que não houve avanço no quesito de formação de professores.

Para Angela Galizzi Vieira Gomide<sup>7</sup> houve um retrocesso na formação do professores e também do cidadão, já que se renderam ao modo capitalista de formação de profissional, visando a produtividade sem contestação. Assim, foi enfatizada a preocupação do “saber fazer”, e não “do saber pensar”, para não haver possibilidades de contestação ao Regime implantado na época e ainda obter mão de

---

<sup>7</sup> GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. CURSO NORMAL: DIFERENTES TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO, 2008.

obra necessária. Segundo Stela C. Bertholo Piconez (1991, p.15-16):

Legalmente, quando, numa análise das Leis 5.540/68 e 5.692/71, observa-se a incompatibilidade entre as duas no que se refere à formação do professores, em que a primeira agregou a formação de especialistas e a segunda exige professores polivalentes.

Observando então, que apesar de ter havido certo avanço em quesitos educacionais, de acesso ao ensino, criação de novas instituições, entre outros, as Reformas das décadas de 60 e 70 estiveram intimamente relacionadas aos interesses do Regime implantado, dando grande importância para o ensino técnico e profissionalizante, sendo que a formação dos professores não acompanhou esse processo, não tendo avanços tão significativos nessa época.

Para Helena Costa Lopes de Freitas (2002) no final da década de 70 e anos 80 começaram movimentos dos educadores em prol do rompimento do pensamento excessivamente tecnicista que se tinha desde a década de 60. Para a autora, as discussões feitas nos Comitês nacionais, como CONARCFE (Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador) e ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) foram em direção da necessidade da formação de um professor em domínio mais amplo, destacando o caráter sócio-histórico dessa formação. Bem como a formação de um docente mais crítico, que possa interferir e promover transformações tanto na escola como na sociedade e na educação como um todo. Com a Constituição de 1988 e após o fim do Regime autoritário, a educação passa a ter uma liberdade democrática, sendo que no art. 206, inciso II, trata que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, também no inciso VI, garante gestão democrática para o ensino público. Bem como o art. 207 dispõe que as universidades deverão obedecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo autonomia didático-científica, de administração e gestão. Assim, a liberdade na educação e o acesso ao ensino são evidenciados na Constituição.

A década de 1990, segundo Freitas (2002), teve um aprofundamento das políticas neoliberais<sup>8</sup>, por conta da crise enfrentada no desenvolvimento do

<sup>8</sup> A ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção

capitalismo. Para Adriana Inácio Yanaguita (2011) com a posse de Fernando Collor de Melo e alguns dos programas estabelecidos durante seu governo, como o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991), visava o compartilhamento das responsabilidades do governo, sociedade e iniciativas privadas, já que propunha modernização econômica e tecnológica em suas propostas, buscando o êxito nesses campos (econômico tecnológico e educacional). Ainda segundo Yanaguita (2011), durante o governo de Itamar Franco, o neoliberalismo sofreu uma descontinuidade, já que houve a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003, onde teve um caráter mais voltado para o âmbito internacional de financiamento para a educação, e que praticamente não saiu do papel.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, instituiu-se a Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e também a LDB- Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A Lei 9.424/96 estabeleceu o FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e segundo a autora Yanaguita (2002, p. 9) essas duas Leis “estabeleceram importantes parâmetros para se implementar, com efeito, o gerenciamento da educação coerente com a proposta de descentralização fundamentada no projeto de modernização da gestão pública brasileira”, ou seja, existiu menor participação do Estado na educação como era previsto em meio ao neoliberalismo existente nessa década. Mas um dos problemas encontrados com a sua instauração, foi a municipalização induzida na educação, tendo em vista que muitos municípios não encontravam-se preparados nem administrativa e nem pedagogicamente, sendo também que os municípios pequenos seriam os mais frágeis em questões financeiras. Outros problemas encontrados foram o atraso no pagamento dos profissionais da educação, desvio de recursos, entre outros.

A partir da década de 1990, passou-se a avaliar e rever as relações teoria e prática, na formação docente. Ocorre uma valorização da prática, assim como a formação de um professor mais reflexivo. Conforme podemos observar em Romanowski (2007), as matrículas passam a ter um aumento no ensino superior:

---

estatal na economia. (CARINHATO, 2008, p. 2) Disponível em <[https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora\\_n3\\_misclanea\\_01.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf)> Acesso em 14/04/2016.

Do total de 3.887.022 matrículas, o curso de Pedagogia obteve 373.878; Letras, 189.187; Educação Física, 116.621; Ciências Biológicas, 89.144; História, 70.336; Matemática, 69.870; Geografia, 51.656; Ciências, 40.185; Química, 29.022; Ciências Sociais, 20.401; Física e Astronomia, 19.650; Filosofia, 16.814; Artes (geral) 15.899; Estudos Sociais, 5.027. (Romanowski, 2007, p.85)

A LDB de 1996 em seu art. 61 instaurou primeiramente que a formação dos profissionais da educação deveriam ter como fundamentos a associação de teorias e práticas, já em 2009 o art. 61 foi modificado, dispondo então que:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (LDB de 1996)

É possível observar que aqui já é exposto, além da necessidade de associação de teorias e práticas, a necessidade também dos estágios supervisionados na formação docente.

Desde a instalação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, muitas transformações ocorreram, desde políticas, até práticas pedagógicas e de formação dos profissionais. Com a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e um novo momento político e econômico no Brasil, fez com que houvesse uma mudança no modo de ensino, assim como na formação de professores, já que passou-se a ser exigido o nível superior, porém ao mesmo tempo que é exigido o nível superior, outras questões entram em pauta, pois não existiam professores suficientes para atuação

nos níveis de ensino, por tanto nem sempre essa exigência foi e é cumprida.

A autora Romanowski (2007) enfatiza que o que estava em crescimento e expansão em 2003, no ano de 2006 sofre uma leve baixa. Apesar do aumento na procura dos cursos de licenciaturas, destaca-se o déficit de professores formados, principalmente, nas áreas das ciências exatas, pois a procura é maior nas áreas de ciências humanas. Também contribuem para esse déficit a desvalorização que o magistério sofreu ao longo do tempo, e ainda, a falta de estrutura.

Ainda nos dias atuais existe a falta de professores nas diversas áreas, por isso, mesmo que se tenha essa exigência em relação ao se ter um professor licenciado em sala de aula de acordo com a sua área, muitas vezes isso não é possível.

## **2.2 O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ( *reflexão teoria e prática* )**

Para Selma Garrido Pimenta (2011, p. 23-26) nos anos 30, existiam diferentes legislações estaduais, cada Estado tinha uma denominação diferente para a prática, por vezes os alunos iam até a escola realizar a prática, por outras os alunos, como em Goiás por exemplo, realizavam a prática em sua própria sala mesmo, ou seja, aprendiam a técnica metodológica e prática. Na maioria dos Estados a duração do curso era de 4 anos, sendo eles feitos no secundário para formação de professores de ensino primário, que seriam os anos finais do ensino fundamental atual, podendo estender-se por mais um ano. Em outros Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, entre outros, havia também a formação após o secundário, a nível colegial (ensino médio atual), com duração de 2 anos. Essas formações visavam a preparação para professor para o ensino primário.

Essa diferenciação de legislação e de formação de professores nos Estados é corrigida com a Lei Orgânica do Ensino Normal número 8530 de 02 de Janeiro de 1946, onde se formavam regentes de ensino primário, no secundário em quatro anos, e professores primários, no colegial em três anos. Pimenta (2011) enfatiza que é possível perceber que a Lei Orgânica, deixa claro a necessidade de existência da prática na formação do professor. Mas segundo a autora a escola primária não tinha

diferenças tão grandes em relação à urbana e rural, por isso a prática poderia ser baseada na observação e reprodução de bons modelos, ou seja, nessa parte a mesma destaca que a prática nesse período seria mais uma imitação, uma cópia de bons modelos de ensino, como será visto posteriormente.

O que se deve levar em consideração também, como afirma Pimenta (2011), é que professor primário não era uma profissão, e que apesar de não se ter muitos estudos e pesquisas que possam afirmar com exatidão, o papel de professor primário estava ligeiramente associado a presença feminina, ou seja, ele era exercido por mulheres, mães, sendo então uma função em extensão ao lar. A partir dos anos 30, mais mulheres, de classe econômica mais elevada, passam a frequentar as escolas, pois a primeira finalidade era preparar elas para o seu papel social (de esposas e mães), e em segundo plano estava o de formar para o magistério, para aquelas mulheres que não casassem ou para complementar a renda. Mas, não foram encontradas pesquisas que pudessem dar base para essas informações, assim, usa sua própria experiência, onde cursou a Escola Normal nos anos 50, para enfatizar a questão da 'real' formação e preparação da mulher para seu principal papel social, o de esposa e mãe, como afirma Pimenta (2011, p.33-34).

Nessa época, a prática era baseada na observação e aplicação de modelos existentes e considerados eficazes, a prática por meio de imitação, sendo assim, não se levava em consideração as diferenças existentes nos alunos, se o aluno não aprendesse a culpa era dele mesmo, da família, da cultura, mas não do professor e seu método de ensino e aplicação de modelos que já foram em algum momento bem sucedidos, segundo Pimenta (2011). Qualquer profissão em seu exercício é prático, e segundo a perspectiva da imitação, os alunos o fazem a partir da observação, imitação e reprodução. Porém, apesar de ser importante, apresenta alguns limites. Aqui, segundo a autora, parte-se do pressuposto de que alunos e ensino são imutáveis, ou seja, não mudam em nenhum aspecto. As práticas de utilizar modelos já feitos e que tiveram sucesso, mostra que o fato de o aluno aprender ou não, não era culpa dos professores ou da escola em si, mas sim, dos alunos próprios. Sendo assim, essa prática gera um certo conformismo, é conservadora em seus hábitos. Os estagiários, seguindo essa perspectiva, serviam para uma imitação de modelos e práticas, sendo que não era feita uma análise, uma

crítica da realidade de fato.

Um segundo ponto ou perspectiva, analisado por Pimenta e Lima (2004), diz respeito a “prática como instrumentalização técnica”, sendo que assim como qualquer profissão em seu exercício é prático, também se é técnico. A visão dessa prática, fica generalizada com uma ilusão de que existe uma prática sem teoria ou reflexão do que esta sendo ensinado/empregado. Pois nessa perspectiva o estágio seria o lugar de fazer e desenvolver técnicas que seriam empregadas, oficinas pedagógicas onde confeccionavam materiais didáticos, e que segundo a autora, muitas vezes submetem os estagiários a mão de obra gratuita e substituição de professores. Para Pimenta e Lima (2004, p. 38) “O entendimento de prática presente nessas atividades é o desenvolvimento de habilidades instrumentais necessárias ao desenvolvimento de ação docente”. Porém nessa perspectiva existe certo distanciamento da realidade, uma vez que não estabelecem conexão entre os conteúdos/teorias. Essa didática, “cria a ilusão de que as situações de ensino são iguais e poderão ser resolvidas com técnicas”, (Pimenta e Lima, 2004, p. 40). Ainda segundo Pimenta que utilizando-se de pesquisas realizadas por Lúcia M. Pinheiro (1966:39), onde foram examinadas 88 escolas em vários Estados brasileiros, “propõe que a prática em seu sentido amplo seja dominante e absoluta, pois “da realidade virão os problemas a serem analisados” (Pimenta, 2011, p. 40). Ou seja, era necessária a prática, segundo esses estudos, para que se pudesse ver a realidade e os problemas a serem enfrentados. Segundo a autora, a Escola Normal não estava sendo capaz de formar professores que pudessem contribuir na formação das crianças, assim, a prática foi se distanciando da realidade, já que aqueles modelos que se estava acostumado a usar, não estavam sendo eficientes, ou seja, a prática pela imitação já não estava sendo eficaz, segundo estudos e pesquisas realizadas na década de 60.

Apesar da procura ser maior e haver um crescente número de matriculados, o número era insuficiente para preencher todos os cargos de professores primários, sendo necessário ocupar os cargos com professores leigos, não formados, também por conta da baixa remuneração dos professores. “No período de 1946 a 1958 a rede escolar passou de 28.300 para 91.000 escolas” (Pimenta, 2011, p. 38). Assim, com o crescimento do número das escolas a carência de professores ficava cada

vez mais evidente, precisando então certa renovação na formação de professores.

As Leis 5.540/68 e 5692/71 como já explicadas anteriormente, trouxeram modificações para o Ensino superior e o Ensino Normal, o secundário e colegial passam a ser respectivamente o 1º e 2º graus. Stela C, Bertholo Piconez (1991) ainda fala do Parecer CFE 349/72, que já enfatiza a prática na Escola como forma de estágio, mas também ocorre a dissociação de teoria e prática, já que o estágio é a prática e a Didática é a teoria da prática, mesmo que se dissesse ao contrário.

Como estratégias para resolver os problemas de distanciamento de teoria e prática e em relação ao estágio, algumas experiências foram criadas, como o microensino. Segundo Pimenta (2011) o microensino surge depois de se analisar que os cursos eram muito teóricos, deixando a prática de lado. No microensino, os professores desenvolviam “experimentos”, situações para que o professor estivesse preparado para o depois da formação. A autora utilizando-se de Solange Pino e Rosa Mattos (1971), que realizaram estudos sobre o microensino na habilitação de magistério em nível de 2º grau, diz que o estudo:

Indica as habilidades técnicas que o professor deve desenvolver e que deveriam constituir o conteúdo de um microensino. São elas: espontaneidade (sentir-se confortável no papel do professor); tempo (utilizar do tempo que dispõe para desenvolver a situação de ensino-aprendizagem obtendo o máximo de produtividade); variação de estímulo (utilização de vários recursos); perguntar (saber o que, como e quando perguntar); reforço (mostrar ao aluno a importância de seu desempenho na aula). (PIMENTA, 2011, p. 53)

Porém, ao mesmo tempo que a utilização desse microensino pode ter sido um pequeno avanço e pode também ter resolvido alguns problemas que o docente iria enfrentar na escola, a autora enfatiza que o mesmo não mostra a realidade geral que o futuro professor iria enfrentar, sendo ele um método “restritivo”, por dar ênfase ao docente e sua atuação, observando suas características, deixando de lado e não levando em consideração as características do aluno.

Ainda dentro do microensino, desenvolveu-se uma técnica chamada de “ensino reflexivo”, onde o aluno (futuro professor) preparava uma aula e aplicava em diferentes locais, podendo ser acompanhada ou filmada para que depois o mesmo e seus colegas pudessem observar se os objetivos foram alcançados, se obteve sucesso, se os resultados foram diferentes, entre outros. Mas segundo Maria das

Graças Feldens (1978), citada por Pimenta (2011), a prática no microensino busca o desempenho de habilidades instrumentais para o professor, sendo assim, é difícil ter um ensino reflexivo para as diversas possibilidades que se espera do docente em sua atuação.

Em relação as Licenciaturas Curtas, não foi possível encontrar textos que debatessem a prática ou estágio em específico na formação de professores. Assim o que se encontrou foi um texto de Maria do Carmo Marques Gobbi e Miriam Cardoso Utsumi (s/d)<sup>9</sup> que trouxe relatos de professores formados na licenciatura curta e que a consideravam deficiente para a atuação em sala de aula propriamente, muitos dos depoentes no texto ressaltam que quando forma para a sala de aula sentiram que não estavam preparados para aquilo. Nesses relatos dentro do texto, não foi possível perceber a presença de estágio durante a formação dos licenciados curtos, apenas disciplinas que abarcam a prática pedagógica, e as quais os mesmos declaravam, quando já estavam exercendo a profissão, não ter sido eficientes em prepará-los para a prática em sala de aula.

A partir dos anos 80, Pimenta (2011) mostra que vários movimentos começam a surgir, principalmente porque estudos realizados após a criação da Lei 5692/71, apontam que não houve avanços na formação docente com sua implantação, como já exposto anteriormente. Os educadores passaram a realizar movimentos no sentido de renovação e reformulação do ensino Normal. A autora mostra três pontos de críticas à Habilitação Magistério, segundo Vera Candau (1986b), primeiro que a Habilitação Magistério não oferece uma base, formação geral consistente para a formação do professor; segundo que apesar de estarem frequentando o curso, seus alunos não tem claro em mente que estão sendo formados professores primários; e terceiro que esse curso é considerado inferior, já que só vão cursar ele as pessoas menos desprovidas intelectualmente, que na maioria são mulheres, assim consideradas menos “inteligentes” que os demais.<sup>10</sup> Quanto ao estágio dentro da Habilitação Magistério, estudos apontam que se aplicavam modelos prontos e acabados, sendo que existia a falta da visão da realidade para lidar com os

---

<sup>9</sup> UTSUMI, Miriam Cardoso; GOBBI, Maria do Carmo Marques. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CURSO DE LICENCIATURA CURTA EM CIÊNCIAS. Disponível em: <<http://www.icmc.usp.br/~mutsumi/publicacoes/10.pdf>> Acesso em 22/06/2016.

<sup>10</sup> PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 59.

problemas que os professores enfrentariam depois.

Pode-se usar o exemplo do Estado do Paraná (1989), citado por Pimenta (2011), onde a Secretaria de Educação avaliou a Habilitação Magistério e se pode perceber que com as modificações feitas se proporcionou um avanço em relação aos estágios, sendo que ao longo do curso, deveriam ser cumpridas 408 horas de estágio. Além do mais os professores de Didática recebiam para as aulas destinadas ao estágio. Porém, existiam também algumas questões não tão favoráveis, já que não eram todas as escolas que tinham interesse em receber os estagiários e as que os recebiam não recebiam tão bem assim, não se tinha uma garantia em relacionar a teoria com a prática, também foi tornada uma atividade burocrática.

É preciso ressaltar que esta pesquisa tem como objetivo analisar o estágio no ensino superior, de licenciatura, sendo que para se chegar ao estágio na formação do professor hoje, foi preciso falar do estágio e da prática no magistério em relação a formação docente.

Além de tudo, Pimenta (2011), enfatiza o estudo feito por Piconez (1988), ressaltando que não havia uma ligação entre as partes envolvidas durante o estágio, ou seja, professores das matérias não interagiam, e muito menos com a escola onde o aluno faria o seu estágio. Sendo que muitas vezes os alunos nem faziam o estágio de regência propriamente dito, pois o mesmo estava virando uma atividade meramente burocrática. Ainda assim, os alunos faziam planos, os organizavam, porém, eram planos copiados, e relatórios apenas preenchidos, sem ao menos serem debatidos/discutidos com seus professores, ou seja, a reflexão e crítica não faziam parte de certa forma desses estágios e da formação.

É possível perceber que a carência não estava só na prática, e sim, na teoria também, ou seja, faltavam ambas. Já que os alunos apenas faziam e executavam algo pronto e acabado, que possivelmente teve sucesso em algum outro momento, em determinado lugar, sem discussão de tais práticas, e também, sem discussão e respaldo da teoria. Por isso, percebe-se a necessidade de uma nova formulação da produção de conhecimento nesses cursos.

Apesar de se ter avanços em relação a indissociabilidade, como é perceptível no exemplo do Estado Paraná (1989), onde a Secretaria da Educação, após estudos e diagnóstico do estágio, propôs uma metodologia e teoria diferente, onde os

debates, seminários, pesquisas, intervenções, foram alguns dos encaminhamentos metodológicos enviados para mudança do estágio. Pimenta (2011) coloca que Vera Candau e Isabel Lelis (1983) ajudam a entender essa indissociabilidade ainda existente. Para as autoras é possível observar duas variáveis, uma é a “dicotômica” onde teoria e prática tem sua própria autonomia em relação a outra, já que são diferentes, mas não opostas. E a segunda, que é uma visão defendida pela autoras, seria a de “unidade”, onde teoria e prática tem uma relação de autonomia e dependência recíproca, assim indissociáveis. Lelis (1983) enfatiza ainda, como exemplo ao estágio de observação, que o aluno apenas por estar ali observando não será o suficiente para conhecer a realidade e complexidade de tal, seria necessário então, que o aluno conhecesse e refletisse sobre a realidade apresentada.

Para Pimenta (2011), é possível chegar as conclusões, depois da verificação dos diversos estudos, que apesar das dificuldades o estágio nunca deixou de ser considerado necessário no processo de formação docente. Nos anos 80 o movimento dos educadores não foi para se retornar ao velho ensino normal, mas sim, pela necessidade do professor ser capaz de lidar com a realidade social, podendo modificá-la, sendo visível a necessidade de não separação da teoria e prática.

Segundo Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lima (2004) o estágio foi visto e entendido por muitos em uma posição contra a teoria, sendo considerado a parte prática do curso de formação do professor. Afirmando ainda que não é só uma questão de carência de prática ou uma carência de teoria, mas sim, uma carência de ambas, teoria e prática. Como foi possível destacar, Pimenta e Gonçalves (1990) apud Pimenta e Lima (2004, p. 45) colocam que “a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma *aproximação à realidade* na qual atuará. Assim, o estágio se afasta da compreensão até então corrente, de que seria a prática do curso”. É possível perceber então que se faz uma defesa da análise e da reflexão do estágio enquanto realidade, ou seja, é preciso refletir sobre a realidade vivenciada durante o estágio, já que um dos objetivos principais do estágio é o contato com a realidade que o professor terá a diante.

Articulando a formação docente como um todo, com as pesquisas, as

disciplinas, o projeto, o estágio irá preparar o docente de uma forma coletiva, já que o ser professor não é uma atividade individualista, segundo a autora.

### **2.3 ESTÁGIO COMO PESQUISA**

Pimenta e Lima (2004), colocam algumas questões sobre o estágio enquanto pesquisa, sobre a possibilidade da formação do futuro professor tendo como a pesquisa no estágio, o pilar. Essa valorização da pesquisa no estágio acontece nos anos 1990, com os questionamentos a cerca da indissociabilidade entre teoria e prática. Assim, nessa questão, se tem a formação do professor crítico-reflexivo, utilizando-se da pesquisa. A partir das diversas modificações na formação do professor, o estágio passa a ser parte fundamental, sendo o futuro professor levado a analisar e refletir o seu trabalho em todos os sentidos.

[...] é importante desenvolver nos alunos futuros professores habilidades para o conhecimento e análise das escolas, bem como das comunidades onde se insere. Envolve o conhecimento, a utilização e a avaliação de técnicas, métodos e estratégias de ensinar em situações diversas. (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 55)

A pesquisa em estágio, segundo Pimenta e Lima (2004) vai então além do técnico, abrange o profissional pensante.

Pimenta e Lima (2004) utilizando-se dos estudos de Donald Schön, afirmam que a proposta elaborada pelo autor, onde a formação seria baseada em ciência, sua aplicação e depois o estágio, não prepararia o profissional para o dia a dia após a formação. Assim, seria proposta uma formação pautada na reflexão, análise e problematização dessa prática. Pautado inclusive no diálogo, no conhecimento pessoal com a prática, com a ação. Segundo Pimenta e Lima (2004, p. 49):

O papel da teoria é oferecer ao professores perspectivas de análise para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os.

Para tanto, a pesquisa possibilita a discussão das ações e práticas, com a

teorização e outros olhares. Assim, as autoras afirmam ser possível que os professores orientadores de estágio mobilizem os alunos para a elaboração de pesquisas sobre as situações vivenciadas e observadas durante sua atuação.

Por meio dos estágios e pesquisas, começaram a valorizar a reflexão tanto do seu trabalho como o de outros profissionais no contexto institucional. Pimenta e Lima (2004) relacionam essa prática do professor reflexivo e pesquisador, com o de tornar-se muito “individualista”, já que essa reflexão que está sendo debatida por Schön, gira em torno de si próprio, seria uma experiência individual, e assim, isso possivelmente seria um problema, segundo as autoras. Pois o estágio, a pesquisa, a formação de um profissional crítico-reflexivo que se espera nos dias atuais, precisa girar em torno da coletividade, do pensar no contexto e no agir individual, mas também coletivo para uma melhor formação tanto docente, como dos alunos desses professores. Por isso “A análise das contradições presentes nesses conceitos subsidia a proposta de superar-se a identidade necessária dos professores de reflexivos para a de intelectuais críticos e reflexivos” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 54). Para as autoras é preciso muito mais do que a reflexão sobre seu trabalho em sala de aula, enfatizam que é preciso mais que isso, é preciso identificar e promover transformações de suas práticas conforme a necessidade.

A partir desses estudos e análises expostos por Pimenta e Lima (2004), é possível perceber que o estágio deixa de ser então apenas uma disciplina no currículo do futuro professor que se é obrigado a cursar, passando a ser muito importante para o desenvolvimento do conhecimento, da crítica, da reflexão que o docente deverá realizar, tanto em sua formação, quanto em seu trabalho após a formação, para então entender o contexto da escola ou instituição na qual irá trabalhar, dos seus alunos, dos colegas, dos professores, da comunidade, para assim, desenvolver habilidades que permitirão verificar as diversas situações que envolvem o ensinar e aprender. “O estágio assim realizado permite que se traga a contribuição de pesquisas e o desenvolvimento das habilidades de pesquisa. Essa postura investigativa favorece a construção de projetos de pesquisa a partir do estágio” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 55-56). Enfatizando então, que o estágio pode e dever ser realizado também na forma de pesquisa, sendo que ele envolve todo o curso, todo o período de formação dos professores, articulando e preparando para o

trabalho coletivo, pois:

[...] o estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais. (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 56.)

Possível perceber então, que o estágio deve compreender os campos que possibilitem habilitação ao futuro docente para as diversas situações, não sendo algo individual, mas de trabalho coletivo, preparando para a crítica e reflexão, também através da pesquisa e ligação de todo o curso, instituições e professores.

## **2.4 IDENTIDADE DOCENTE**

Segundo as autoras Pimenta e Lima (2004) durante o estágio se tem também um espaço de construção da identidade do profissional docente. Mesmo sendo essa identidade construída durante toda a vida profissional, é durante o processo de formação que isso acontece mais fortemente, principalmente durante o estágio, já que o mesmo é um lugar de reflexão sobre ética, compromisso, qualificação, profissão, entre outros, ou seja, construção e fortalecimento dessa identidade profissional.

Durante essa construção do profissional docente, o estágio se insere como importante passo, pois ali o aluno pode deparar-se com situações reais e assim refletir sobre elas, por exemplo, podem deparar-se com condições “precárias” nas escolas, como também professores desiludidos com a profissão, entre outros.

No terceiro capítulo dessa pesquisa será possível identificar claramente essa questão de ver o estágio como um momento de contato com a realidade. Muitos estagiários afirmam em seus Relatórios ser esse um momento de vivenciar o real da profissão, desde estrutura escolar, como o contexto que a mesma se insere, as salas de aula, os professores, e assim, entendem também que as turmas se diferem, que não terão as mesmas dificuldades e facilidades em todas as turmas e com todos os alunos. Também será possível perceber como a construção identitária desses alunos já está sendo formada desde a graduação e o estágio em específico, pois

podem de acordo com o que veem e vivenciam, refletir sobre como podem se inserir como professores e quais os melhores métodos, de acordo com suas concepções.

Para tanto a escola abrindo seu espaço para o estagiário, proporciona a vivência da realidade. Pimenta e Lima (2004) enfatizam a importância e necessidade dos investimentos feitos no desenvolvimento profissional dos docentes, tanto inicial quanto contínuo, valorizando também a identidade desses professores. Para as autoras:

O desenvolvimento profissional dos professores tem se constituído em objetivo de políticas que valorizam a formação dos professores não mais baseada na racionalidade técnica, que os considera como meros executores de decisões alheias, mas numa perspectiva que considera sua capacidade de decidir e de, confrontando suas ações cotidianas com as produções teóricas, rever suas práticas e as teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar. (PIMENTA; LIMA, 2004, pg. 90-91)

Então percebe-se que os professores devem ser formados para refletir, formar uma identidade, colaborando e sendo também um importante auxiliador na transformação das escolas, assim, o trabalho do professor deve ser valorizado, sendo implantado nesses docentes a capacidade de analisar, refletir, questionar, criticar, o contexto em que vivem e trabalham, possibilitando e auxiliando nessas transformações. As autoras enfatizam ainda que os profissionais precisam dessa valorização profissional, também enquanto saberes específicos que trabalham, mas que para a efetivação do sucesso na educação, o trabalho deve ser coletivo, existindo inclusive interdisciplinaridade, valorização profissional e condição de formação inicial e continuada de qualidade, sendo o objetivo então de ensinar os alunos de forma que os insira principalmente no contexto social e histórico que vivem.

Para Scalabrin e Molinari (s/d) o estágio durante a graduação proporciona aos alunos uma busca, uma visão da realidade a ser enfrentada na sua vida profissional, desenvolvendo instrumentos teóricos e práticos para sua atuação. Assim, deve-se ter em mente e levar em consideração que a sociedade vive constantes transformações, e a educação também, por isso o estágio e a formação continuada são importantes instrumentos para que o professor possa ser reflexivo durante

esses processos, podendo refletir, analisar, criticar e ser um importante aliado no coletivo escolar entre essas transformações. Durante o estágio existe a possibilidade de troca de experiências e informações, tanto de professores com professores, como principalmente com professores e alunos/estagiários. Assim, ambos podem ter informações acrescentadas ao seu trabalho momentâneo, como na construção da identidade enquanto profissional professor.

É possível analisar então que o estágio e a profissão do professor em si, é um trabalho coletivo, de troca de informações, experiências, vivências, para que haja reflexão das atividades, da prática docente no dia a dia e assim a evolução e o sucesso na educação.

## **2.5 O ESTÁGIO NAS LEIS**

Além de algumas legislações já explicitadas anteriormente, os pareceres do CNE (Conselho Nacional da Educação) e a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, tratam da graduação, licenciatura e estágio em específico para os dias atuais.

Segundo o Parecer CNE/CP de número 28, de 2 de outubro de 2001:

A licenciatura é uma licença, ou seja trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação [...] O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (PARECER CNE/CP 28/2001, p. 2) <sup>11</sup>

Assim, na licenciatura, além de disciplinas específicas, os alunos em formação estudam também as disciplinas de cunho pedagógico, de formação de professores. Esse Parecer CNE/CP de número 28, traz as questões de duração e carga horária dos cursos de formação docente.

Os Pareceres também tentam contemplar a teoria e prática existente nos

---

<sup>11</sup> Os Pareceres podem ser encontrados no Portal do Ministério da Educação-MEC.

cursos, em relação à prática e ao estágio supervisionado na licenciatura. Sendo que o Parecer CNE/CP 9/2001, de 8 de maio de 2001 enfatiza que o estágio não deve ser algo desarticulado do restante do curso e do processo de formação, é preciso então, um planejamento, um processo de reflexão em coletividade para obtenção do sucesso em relação ao aprender e ensinar do professor. Como visto anteriormente Pimenta e Lima (2004) destacam a importância da formação do professor ser algo feito em coletividade, articulando todo o curso, os professores, as escolas de atuação do estágio, entre outros.

A alínea “a” do item 3.6 do Parecer CNE/CP 9/2001 dispõe que a prática deve existir inclusive em disciplinas que não sejam pedagógicas, durante a formação do professor, pois a prática deve ser trabalhada em todo o contexto. Já a alínea “b” dispõe da reflexão e observação de procedimentos e situações existentes no cotidiano profissional. Quanto a alínea “c”, o Parecer CNE/CP número 27, de outubro de 2001, altera e segue os determinados termos:

c) No estágio curricular supervisionado a ser feito nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, se desenvolver a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores. (PARECER CNE/CP 27/2001, p. 1)

Como se pode perceber, a alínea “c” destaca a relação de professores, escolas, instituições de formação dos professores, para que se auxiliem e seja coletivo, sendo realizados os projetos e reflexões/debates.

Em relação ao estágio e a prática como algo coletivo, Stela C. Bertholo Piconez (1991) coloca que a prática de reflexão do estágio, possibilita o esclarecimento, o entendimento, a dimensão da realidade escolar, observando a necessidade dos conhecimentos teóricos aplicados na prática e a relação e

entendimento de ambos, ligados e não separados. Assim, é possível perceber os problemas que permeiam a docência em todos os sentidos. Observando que a escola se dá num coletivo, sendo assim necessária a relação entre todos os profissionais tanto no estágio quanto no cotidiano do profissional após o término do curso.

Segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata sobre o estágio, entende-se que o mesmo “é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular” (art.1º), sendo ainda que pode ser dividido em estágio obrigatório e não-obrigatório, entendendo que a Lei dispõe que o obrigatório é aquele que está previsto no projeto do curso e deve ser realizado para obtenção do diploma, já o não-obrigatório é aquele opcional, com cargas horárias definidas e devidamente regulamentado. Também está previsto em Lei, que sempre tenha um acompanhamento do estágio feito pelo professor orientador da instituição de ensino, assim como alguém que supervisione por parte da instituição onde o estágio acontece. O Professor orientador fica responsável pela avaliação e acompanhamento do aluno/estagiário.

O art. 7º e 8º da Lei 11.788, trata das obrigações da instituição de ensino, sendo elas responsáveis pelo termo de compromisso, avaliação das instalações da instituição onde está concedendo o estágio; indicação de professor orientador do estágio; relatório das atividades exercidas pelo aluno/estagiário; orientar tanto o aluno/estagiário como também a instituição concedente, sobre horários, datas e todo o processo em que ocorrerá o estágio.

O art. 9º da Lei 11.788 dispõe sobre as obrigações da parte concedente que seria zelar pelo termo de compromisso; oferecer instalações adequadas; indicar funcionário relacionado a área para supervisionar o estagiário; contratar seguro para o estagiário; entregar termo de realização de estágio; manter a documentação à disposição; enviar para instituição de ensino relatório de atividades; e ainda se o estágio for obrigatório, a contratação do seguro poderá ser de responsabilidade da instituição de ensino. Já o art. 10º, trata da carga horária dos estágios.

Como proposto para essa pesquisa, serão analisados os Relatórios de Estágio dos alunos da Universidade Federal da Fronteira Sul, do Curso de

Licenciatura em História, dentro do período 2015/1 e 2015/2, com o objetivo de observar o impacto e a importância dos estágios para os alunos/estagiários em suas formações como professores de História, tomando como partida as percepções manifestadas pelos acadêmicos sobre a experiência de estágio desenvolvida. Assim, o termo de compromisso realizado pela UFFS, dentro das normas da Lei de Estágio 11.788 de 25 de setembro de 2008, apresenta o compromisso estabelecido entre as partes, para tanto em sua cláusula segunda explicita as atividades que o aluno irá desenvolver, sendo elas: a observação da escola e das aulas; pesquisa da comunidade escolar e escola; docência; e elaborar relatórios. Também afirma que o estagiário deverá no máximo exercer 30 horas semanais das atividades. Na cláusula terceira está disposto o professor que será orientador do estágio e do aluno (estagiário), também que o aluno deverá elaborar relatórios de acordo com modelos indicados, afirmando ainda que o estágio não é remunerado, exatamente por ser um estágio obrigatório previsto no plano de curso e matriz curricular da licenciatura em história da UFFS. A cláusula quarta trata das obrigações da unidade concedente do estágio, assim como a quinta das obrigações da UFFS e a sexta das obrigações do estagiário. A cláusula sétima, e última, enfatiza que o aluno/estagiário não terá qualquer vínculo empregatício, mas será portador de seguro.

A Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, deixando claro que se deve ter coerência na formação do professor e a prática que se espera do futuro docente, bem como compreender o processo de construção do conhecimento com a pesquisa, entre outros. As Diretrizes abarcam “princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica” (CNE/CP 1, 2002, p. 1). Assim, quanto ao Estágio Curricular Supervisionado, as Diretrizes para a Formação de Professores para a Educação Básica tratam que o mesmo deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso, bem como a escola formadora e a escola onde será feito o estágio deverão em conjunto avaliá-lo. Também dispõe que a prática não pode acontecer de forma isolada apenas durante o estágio, a prática pedagógica deve estar articulada

durante todo o curso na formação docente, assim, deve estar em todas as áreas e disciplinas e não apenas nas de cunho pedagógico.

É possível analisar que na atualidade existem diversas Leis, Regulamentos, Diretrizes que tornam o Estágio Curricular Supervisionado, durante a formação do professor, obrigatório, e abrangem toda a formação docente de forma articulada e que forme um profissional capacitado para a atuação em sala de aula principalmente.

### **3 ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Nesse capítulo será enfatizado a formação do professor de história hoje, abordando principalmente o estágio em história para a formação desses professores. Assim, serão utilizados o PPC do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (2010), bem como as Diretrizes Curriculares do Curso de História (2001) e autores referentes ao tema.

#### **3.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM HISTÓRIA**

Segundo Renata Augusta dos Santos Silva (2013) na década de 1990 ocorre uma reestruturação nos cursos de graduação em história, assim o CNE, em conjunto com o MEC, passa a formular Diretrizes Curriculares para a Educação. Essas mudanças e reestruturações acontecem pela influência da Nova História Francesa (ANNALES), da Nova Historiografia Social Inglesa e da Escola de Frankfurt, como afirma a autora. Hilda Beatriz Ortiz Dmitruk (1998) também discorre sobre as influências sofridas a partir dessa historiografia europeia.

Dmitruk (1998) afirma que com a nova historiografia brasileira iniciada nas últimas décadas se tem uma nova forma de ver a história, não sendo mais apenas vista como uma ciência do passado, e sim, uma ciência que articula o presente com o passado. Assim, a história tradicional e linear também passa a ser revista, no sentido de não se aplicar apenas conteúdos já pesquisados, como se fossem uma verdade absoluta e de apenas um ponto de vista, em sala de aula, por isso enfatiza a necessidade de se ter um professor também pesquisador.

Para tanto, não é reduzir os conteúdos ou simplesmente deixar de apresentar esses conteúdos, mas sim, de saber articular a história com a realidade, com o presente, para que se consiga promover debates e motivar esses alunos, mostrar por tanto, que não existe apenas um ponto de vista e uma linha a se seguir, mostrar que sobre determinado tema ou assunto, existem vários possíveis pontos de vista,

existem vários outros debates que podem se gerar, por diferentes linhas de pensamento, e provocar isso no aluno, provocar um aluno crítico-reflexivo é o objetivo dos dias atuais na educação.

Aulas expositivas de história “verdadeira”, com conteúdos prontos e acabados, distantes da realidade do aluno, apenas reproduzem uma visão da história tradicional. Nesta visão, o passado aparece como processo único, homogêneo linear, periodizado arbitrariamente, cheio de estereótipos, preconceitos e maniqueísmos que impedem o raciocínio histórico dos indivíduos, de alunos de professores. (DMITRUK, 1998, p. 64)

Assim, não seria praticar um “presentismo”, como afirma Dmitruk (1998), e esquecer os conteúdos também da historiografia tradicional, mas sim, permitir ao aluno que se construa como um sujeito histórico, que possa relacionar esse presente como o passado, criticar, debater, analisar, refletir, enfim, que se inclua, se insira como um ser histórico na sociedade. Por isso a formação do professor nas últimas décadas passa a ser feita nesse sentido. Como será possível verificar no próximo capítulo, alguns estagiários tem essa questão de fazer uma ligação do passado com o presente, de não ensinar apenas do modo tradicional, mas sim preparar uma aula em que possa despertar em seus alunos o senso crítico e sua inserção como sujeito histórico.

O professor hoje, não deve deixar de ensinar a história tradicional ou oficial, mas deve mostrar aos seus alunos que a história não é algo pronto e acabado, que existem muitas vertentes, de diferentes assuntos, assim, não deve se tomar algo como uma verdade absoluta, é preciso refletir e analisar, é preciso debater, dialogar.

O Parecer CNE/CSE 492 de 3 de abril de 2001 trata das Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, assim, traça o perfil dos formandos, sendo que os mesmos após graduados devem estar capacitados para serem Historiadores em todas as suas dimensões, atuando no magistério, em setores privados e públicos, em questões culturais e etc. Quanto as Competências e Habilidades são divididas em gerais e específicas para licenciatura:

## 2. Competências e Habilidades

### A) Gerais

a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas; b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências

dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço; c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação; d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento; e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural. f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio; b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. (CNE/CSE, 2001, p.8)

Observando então que o perfil, as competências e habilidades enfatizam e vão em direção da formação de um profissional qualificado no exercício da pesquisa, de sua difusão em todos os meios envolvidos.

Quanto a estruturação dos cursos, cada colegiado deverá formular de acordo com seus objetivos, e os cursos de licenciatura, deverão ser guiados pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior. As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História tratam ainda dos conteúdos a serem contemplados nos cursos, os Estágios e Atividades Complementares e Conexão com a Avaliação Institucional. Assim, conteúdos que englobam as práticas de pesquisa, bem como atividades e componentes optativos, e no caso das Licenciaturas deverão ser inclusos conteúdos da educação e didática, com embasamento na pesquisa. Os Estágios deverão ocorrer com a associação da prática e do conteúdo.

Analisando as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História CNE/CSE 492/2001, é possível observar que a capacidade de pesquisa é amplamente enfatizada na graduação, tanto do Bacharel quanto do Licenciado em História, mas a formação do professor em história não é muito debatida na mesma, ficando talvez um pouco a desejar a questão da associação de teorias e práticas, do estágio relacionado com o curso todo, do coletivo e da importância das práticas pedagógicas relacionadas com a pesquisa.

Dentro do campo de pesquisa sobre a formação do professor de história, e mais especificamente em relação ao Estágio, existem poucas pesquisas para uma maior reflexão sobre o assunto em um campo mais geral da formação. Porém isso

não significa algo totalmente ruim, mas sim, pelo contrário, que existe um campo significativo para se alavancar pesquisas e a ciência avançar. O que se encontra em relação ao estágio em história, são artigos ou livros que trazem relatos de experiência e não questões teóricas sobre o tema, além disso muitos dos relatos ou artigos, discutem a questão do ensino de história, que não seria o foco de tal pesquisa<sup>12</sup>.

### **3.2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-UFFS**

O PPC- Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em história da UFFS apresenta: dados gerais do curso; histórico da Instituição; equipe que elaborou o PPC; justificativa para a criação do curso; os referenciais orientadores; objetivos do curso; perfil do egresso; organização curricular; processo de avaliação, pedagógico e de gestão; autoavaliação do curso; articulação de ensino, pesquisa e extensão; perfil docente e o processo de qualificação; quadro pessoal; infraestrutura necessária para o curso; além dos Regulamentos de Estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso e das Atividade Curriculares Complementares. Enfatizando que o PPC utilizado para essa pesquisa não é o atual, mas sim o vigente a partir do ano de 2010, que é o que abrange a graduação e os estágios dos alunos/estagiários em que serão analisados os Relatórios de 2015/1 e 2015/2. Outro PPC entrou em vigência no ano de 2013, que é o atual, mas não cabe aqui analisá-lo, tendo em vista os objetivos do trabalho.

No PPC do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul está previsto que “O desafio central do curso de história é ensinar a pensar historicamente” (PPC-UFFS, 2013, p. 22). Assim, o debate sobre o professor pesquisador se torna parte principal do projeto, sendo necessário formar o profissional nesse viés, sendo capaz de articular ensino, pesquisa e extensão, e também, de provocar em seus futuros alunos a crítica e reflexão, o diálogo e o debate, se inserindo como sujeito histórico.

---

<sup>12</sup> Pode se citar como exemplo de artigo com experiências e ensino de história: MARTINS, Everton Bandeira; SOSA, Derocina Alves Campo. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EM SALA DE AULA CONJUGANDO TEORIAS E PRÁTICA. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, outubro de 2009.

O PPC destaca que também é preciso aprender e ensinar como se pensa historicamente, por isso é necessário fazer-se professor de História, tendo na escola básica o objetivo da prática docente desses professores. Para a formação de professores na UFFS, durante o curso existem Componentes Curriculares em que está previsto, além do Estágio supervisionado e CCR's do domínio conexo, as horas de PPCC (Prática Pedagógica do Componente Curricular), essas horas estão dispostas em todos ou quase todos os CCR's durante o curso como, por exemplo, Didática Geral, Libras, Laboratório de Ensino de História, entre outras, especialmente nos CCR's de domínio conexo e específico. Os CCR's de domínio conexo são aqueles em que todos os cursos de formação de professores, licenciatura, tem. Assim, em cada CCR que prevê as PPCC's, existe uma quantidade de horas específicas para tais, especificadas no plano de ensino, o que normalmente acontece é que em Componentes Curriculares de 4 créditos, 1 crédito é para as PPCC's. Enfatizando que o objetivo dessa pesquisa gira em torno do Estágio supervisionado e a importância que os alunos inferem ao mesmo durante a graduação, não sendo o objetivo focar nas práticas pedagógicas realizadas nos mais variados Componentes Curriculares durante a formação do professor de História.

Os professores que já estão em atuação na educação básica são entendidos como possíveis co-formadores dos alunos em formação, por isso a extensão nesse sentido é muito enfatizada no PPC. Mas se destaca aquela extensão que traça um diálogo entre a Universidade e a Escola por exemplo, fazer um encontro de saberes, o que contribuirá muito na formação desses futuros professores.

Para tanto os objetivos do curso se definem em geral e específicos:

#### 6.1 Objetivo geral

O Curso de Licenciatura em História da UFFS tem como objetivo geral a formação de professores para atuarem nas diferentes esferas do ensino de História com habilidades e competências necessárias para pensar historicamente e ensinar a pensar historicamente, proporcionando assim uma leitura crítica da realidade social.

#### 6.2 Objetivos Específicos:

- Preparar os discentes com sólidos conhecimentos teóricos e práticos fundamentais para a produção do conhecimento histórico e sua disseminação;
- Fomentar entre os discentes um constante diálogo entre presente e passado, pensando criticamente a realidade;
- Estimular os discentes a desenvolverem projetos capazes de interferir nas problemáticas históricas e sociais;

- Formar os futuros profissionais de História capacitados para atuação em áreas do ensino e da pesquisa percebendo a indissociabilidade de ambos;
- Preparar os discentes para a atuação no magistério de Educação Básica, no ensino fundamental e médio, no campo da História.(PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 24)

A construção de sujeitos históricos e a pesquisa são então alguns dos pontos principais no projeto para a formação dos professores de história da Universidade Federal da Fronteira Sul, como observado na citação anterior. A importância de pensar e ensinar historicamente é um grande fator dentro da formação, sendo o professor de História capaz de se inserir como sujeito histórico e provocando em seu aluno a mesma inserção na sociedade, criticando, refletindo, analisando, relacionando passado e presente e se vendo dentro da história.

Quanto ao perfil do egresso, levando em consideração que o licenciado não é apenas um profissional capaz de passar informações e transmitir conhecimentos, mas sim, de trabalhar no ensino básico articulando ensino e pesquisa, sendo então um professor crítico-reflexivo.

Como licenciado em História, o acadêmico deverá perceber as atividades de pesquisa como dinamizadoras da aprendizagem através da produção de materiais de difusão do conhecimento, pela reelaboração crítica dos conteúdos ministrados e pela desconstrução de saberes cristalizados pela história [...] (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 25)

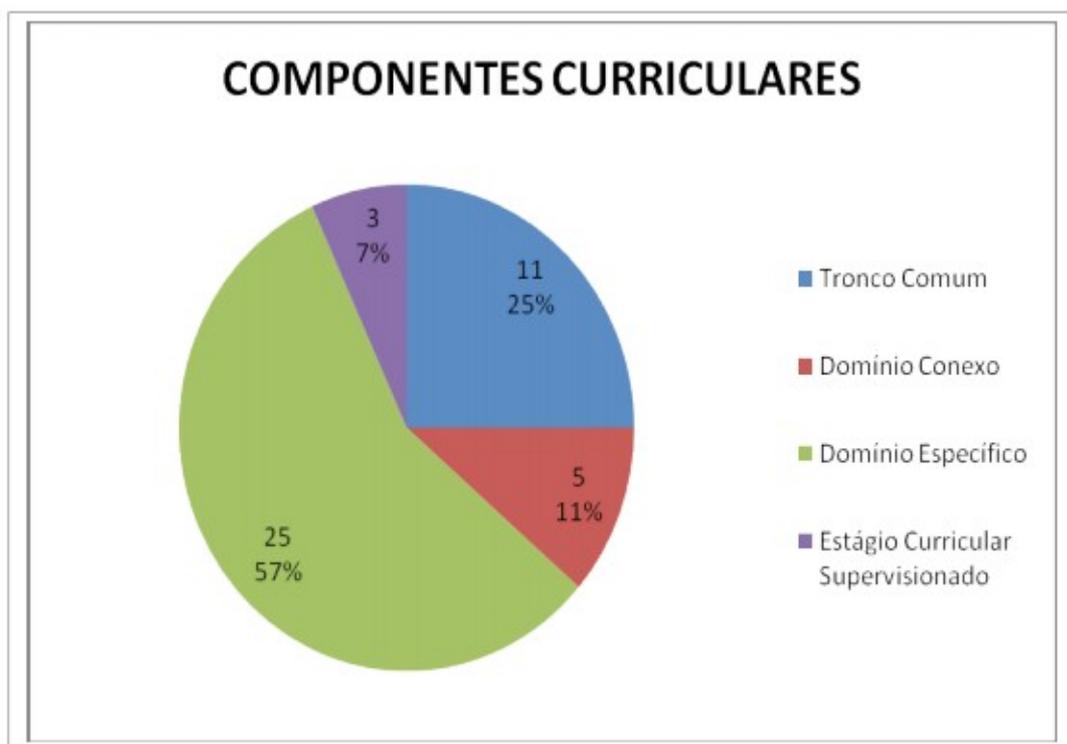
Então o que se espera do professor egresso do Curso de Licenciatura em História da UFFS é que deverá estar atento e articular realidade, ensino e pesquisa em sua atuação, ou seja, deve adequar seu trabalho conforme a realidade em que está. Essa questão enfatizada no PPC, já leva a pensar como o professor dentro da escola, dentro da sala de aula, deve perceber as diferenças e a partir delas elaborar seus métodos de ensino, sendo que nenhum aluno é igual ao outro, bem como nenhuma escola, comunidade, sala de aula, será igual. Cabe ao professor de História adequar seus procedimentos em cada uma das situações, levando seu aluno sempre ao modo de como se inserir como sujeito histórico na sociedade. Por isso, se faz necessário trazer o debate já feito no capítulo anterior sobre o professor crítico-reflexivo, sendo que deve ter sua formação voltada não para ser apenas um profissional capaz de repetir e repassar conteúdos, mas sim, refletir, analisar e criticar o contexto histórico, observar a realidade a partir da historicidade que se

encontra disposta nela, e ainda despertar em seu aluno que se insira na sociedade como um sujeito histórico, também capaz de se fazer um ser crítico-reflexivo.

A organização curricular do curso de História da UFFS está dividida em três eixos, sendo eles: domínio comum, domínio conexo e domínio específico. Os Componentes Curriculares- CCR's de tronco ou domínio comum são aqueles considerados fundamentais para qualquer profissional, por tanto está em todos os cursos, tanto os de Licenciatura quanto os Bacharéis, tendo como objetivo despertar nos acadêmicos as relações de poder, questões culturais, políticas, econômicas, sociais. Os CCR's que fazem parte do domínio comum são: Introdução ao Pensamento Social; Fundamentos da Crítica Social; Meio Ambiente, Economia e Sociedade; Direitos e Cidadania; Leitura e Produção Textual I; Leitura e Produção Textual II; Introdução à Informática; Estatística Básica; Iniciação à Prática Científica; Matemática Instrumental.

Os de domínio conexo são então os CCR's que fazem parte de todos os Cursos de Licenciatura da UFFS, que fazem parte da formação do professor. Os CCR's de domínio conexo são: Didática Geral; Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano; Fundamentos da Educação; Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil; Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Já os de domínio específico são aquelas que fazem parte dos objetivos específicos para cada Curso, sendo os CCR's específicos do Curso de História: Introdução aos Estudos Históricos; História e Arqueologia das Populações Indígenas; História Antiga; Ensino de História; História Medieval; História da África; Teoria e Metodologia da História I; História Moderna; História do Brasil I; Teoria e Metodologia da História II; História Contemporânea I; História do Brasil II; História da América I; História da América II; Teoria e Metodologia da História III; História Contemporânea II; História do Brasil III; Estágio Curricular Supervisionado em História I; Laboratório de Ensino em História; História Regional; Metodologia da Pesquisa em História; Estágio Curricular Supervisionado em História II; Estágio Curricular Supervisionado em História III; Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I; Optativa I; Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II e Optativa II. A baixo é possível ver a divisão dos Componentes Curriculares do Curso de Licenciatura em História da UFFS, a partir do gráfico exposto no PPC:



**Gráfico 1: Distribuição dos diferentes componentes curriculares do curso**

Figura-Gráfico 1. Divisão Curricular do Curso. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario%201/Downloads/PPC\_HISTORIA\_16\_04\_13\_cco\_ere\_2010%20(4).pdf> Acesso em 19/05/2016.

Observando a figura anterior é possível ver que o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em História da UFFS compreende 7% dos Componentes Curriculares, sendo divididos em três Componentes/Estágios. Assim, o PPC informa que o Estágio Curricular Supervisionado em História I poderá ocorrer inclusive em espaços não formais de educação e ensino, ou seja, em Museus, Cursinhos, Arquivos, Exposições, entre outros. No Estágio Curricular Supervisionado em História II deverá ser realizado no Ensino Fundamental e o Estágio Curricular Supervisionado em História III deverá ser realizado no Ensino Médio, sendo que ambos devem ser realizados preferencialmente em Escolas Públicas. O PPC informa também que os acadêmicos deverão elaborar Relatórios ao final dos Estágios.

Para chegar aos Estágios Curriculares Supervisionados em História existe na Matriz Curricular do Curso, apresentada no PPC, três principais CCR's como caminho para tal, são eles: Ensino de História, Didática Geral e Laboratório de Ensino de História. O CCR de Ensino de História é composto por 2 créditos, ou seja,

30 horas, sendo que possui como objetivo a preparação para a prática, nele se tem a iniciação ao ensino de História. Entre os autores da bibliografia básica estão Selma Guimarães Fonseca, Jaime Pinsky, Heloisa Dupas Penteado. O CCR de Didática Geral possui 3 créditos e assim 45 horas, nele existe o debate de assuntos sobre a sala de aula, planejamentos, relação do professor com seus alunos, entre outros. Entre os autores da bibliografia básica estão Demerval Saviani, Vera Maria Candau, entre outros. Em Laboratório de Ensino em História o total de créditos é 4, sendo então 60 horas, está proposto a troca de experiências, estudos bibliográficos do ensino de História, entre outros. Tendo como alguns autores da bibliografia básica Circe Bittencourt, Leandro Karnal, etc.

Chegando ao Estágio Supervisionado em História I, é possível observar que o mesmo tem 6 créditos, 90 horas, e tem por objetivo “Preparar o acadêmico para o exercício da docência através de debates de aspectos relacionados ao ensino de história e de realização de estágio em ambiente não formal de educação” (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 72). Percebe-se então que o 1º Estágio está relacionado ao Ensino de História, tanto de atuação profissional em educação básica como em espaços de ensino não formais, esses espaços não formais de educação seriam cursinhos populares, escolas itinerantes, entre outros. Para tanto, como é possível observar nos Relatórios de Estágio analisados para esta pesquisa, os alunos fazem a parte da observação no ensino fundamental em sala de aula durante o Estágio I. No PPC as bibliografias básicas para essa disciplina são Circe Bittencourt com o livro “O saber histórico na sala de aula”, Leandro Karnal com o livro “História na sala de aula” e Jaime Pinsky com o livro “O ensino de história e a criação do fato”. Em todos os estágios é assinado um termo de compromisso, por todas as partes envolvidas no estágio, o mesmo envolvendo os objetivos e deveres de cada parte, tanto da Universidade, do aluno/estagiário, do professor/orientador, como da Unidade Concedente de estágio, que normalmente é uma escola de educação básica estadual ou municipal, como já visto anteriormente. Os estágios da UFFS estão de acordo com a Lei de estágio 11.788 e devidamente regulamentados como será analisado a baixo.

Já no Estágio Supervisionado em História II está proposta a docência no ensino fundamental. Como se observa nos Relatórios de Estágio analisados, os

alunos fazem a observação no 1º Estágio, bem como a elaboração de proposta de intervenção, e no 2º Estágio fazem a aplicação dessa proposta, atuando como professor das turmas observadas. A bibliografia básica é a mesma do Estágio Supervisionado em História I.

No Estágio Supervisionado em História III também se tem como objetivo o preparo dos acadêmicos para o exercício da docência, tendo 180 horas, 12 créditos, porém a ementa desse Estágio no PPC informa que o mesmo será definido conforme o colegiado, sendo que a bibliografia básica é a mesma que os Estágios anteriores. Então conforme analisado no PPC, dentro da Matriz Curricular do Curso de História, os Estágios não estão bem explicados e explicitados, tanto que a bibliografia básica não apresenta variações nos três Estágios, deixando a desejar, faltando autores centrais como Selma Pimenta, Stela Piconez, Hilda Dmitruk, entre outros. Porém, como analisado nos Relatórios de Estágio, esses autores são utilizados pelo professor do CCR, além de que no Estágio Supervisionado em História III, os alunos/estagiários fazem uma junção do que seriam os dois primeiros Estágios, só que agora no Ensino Médio, ou seja, os alunos/estagiários fazem observação, elaboração de proposta e atuação em sala de aula no ensino médio, tudo em um Estágio só.

Entre os anexos do PPC-UFFS, se tem o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do curso de graduação em História – Licenciatura. O mesmo está baseado na Lei de Estágio n. 11.788/08 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em História, sendo que está dividido em 30 artigos, 2 capítulos, sendo dispõe de 14 seções no capítulo 2.

A Lei 11.788/08 já enfatizada em outros momentos nessa pesquisa, trata tanto do Estágio curricular obrigatório, quanto o Estágio não-obrigatório, sendo que o obrigatório é aquele que está disposto no projeto do curso e que é de caráter obrigatório para a formação enquanto profissional e não é passível de remuneração, assim, é um estágio que habilita para a profissão. Já o Estágio não-obrigatório é aquele em que o aluno receberá uma remuneração, não sendo um estágio que habilita e que esteja na matriz curricular do curso. Portanto o estágio em que se trata essa pesquisa é o obrigatório, que habilita para o exercício da docência, em específico no ensino de História.

Quanto à concepção de Estágio de que trata a Seção 1 do Capítulo 2 do Regulamento de Estágio da UFFS, é possível compreender: a busca da observação, da pesquisa, da reflexão, intervenções, articulação entre teoria e prática, proporcionando ao profissional habilidades e competências para o exercício de sua profissão. Assim, os objetivos do Estágio são:

- I – Propiciar ao discente a preparação para o exercício da docência;
- II – Proporcionar condições de reflexões críticas sobre os conteúdos teóricos do curso e a sua aplicação na relação teoria/prática;
- III – Desenvolver reflexões sobre as habilidades e competências pertinentes à ação docente no campo da História;
- IV - Analisar a adequação dos componentes curriculares, dos objetivos e dos conteúdos do Curso de Graduação em História – Licenciatura e sua relação com o cotidiano da sala de aula;
- V – Recolher, organizar e analisar os resultados obtidos nas práticas pedagógicas para a produção e sistematização de novos conhecimentos;
- VI – Incentivar a prática consciente do ensino de História e a percepção da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p.118)

Então é perceptível que o Estágio é carregado de importantes questões para a formação docente, sendo necessária a articulação de teoria e prática, de reflexão, análise, ou seja, busca-se nele formar um professor crítico-reflexivo, com capacidades de ligação entre esses temas, entre pesquisa, que saiba relacionar a realidade com o ensino de história, ente outros. A seção III do Capítulo II, trata da organização do Estágio dentro do curso, sendo que o mesmo é dividido em três CCR's como já exposto anteriormente, a partir da sétima fase, cada um com uma carga horária diferente, totalizando 420 horas, que é um pouco maior do que o mínimo previsto, que seria de 400 horas o mínimo, como previsto na Resolução CNE/CP n. 2 de 19 de fevereiro de 2002. Também enfatiza que deve ser realizado individualmente. A seção IV vai dispor sobre a dispensa ou redução do Estágio Curricular Supervisionado em História III, sendo que no inciso IV do artigo 10 está disposto que “Em casos específicos de docência comprovada por diversos anos o Estágio Curricular Supervisionado em História III poderá ser dispensado, cabendo a decisão ao Colegiado do Curso de História”. (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 119). Assim, o acadêmico deve comprovar e solicitar a dispensa, mas só poderá fazê-la depois de concluídos os dois primeiros estágios. Quanto as três próximas seções, o regulamento trata do Professor, do coordenador e orientador de Estágio, assim a

seção VI que trata do coordenador de Estágio, é proposto que o colegiado indique um coordenador a cada dois anos. Sendo que:

Art. 14 Compete ao coordenador de estágios:

- I – Coordenar todas as atividades relacionadas ao Estágio Curricular Supervisionado em História;
- II – Participar das reuniões e atividades promovidas pela Divisão de estágios da UFFS;
- III - Promover a discussão e avaliação das atividades relacionadas aos estágios do Curso de História;
- IV – Encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
- V – Acompanhar o planejamento e execução dos estágios juntamente com os professores e discentes do Curso de História;
- VI – Divulgar as experiências de estágio por meio de eventos específicos, em seminários, publicações e outras formas possíveis de socialização de resultados;
- VII – Manter diálogo constante entre as entidades que oferecem o estágio;
- VIII – Convocar e coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores, orientadores e supervisores de estágio. (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 121).

Já quanto ao professor da disciplina de Estágio, a seção VII dispõe que:

Art. 15 Compete ao professor de Estágio Curricular Supervisionado em História:

- I – Coordenar as atividades relacionadas ao componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado em História;
- II – Propiciar a fundamentação teórica e metodológica adequada para os projetos a serem desenvolvidos;
- III – Orientar o estagiário nas questões relacionadas ao conteúdo, metodologia e referências bibliográficas relativas ao projeto;
- IV – Acompanhar o planejamento e execução das atividades de estágio nos locais onde o mesmo for realizado;
- V – Participar das atividades promovidas pelo Coordenador e pela Divisão de Estágio da UFFS;
- VI – Auxiliar os estagiários na elaboração dos relatórios;
- VII – Avaliar o estagiário, atribuindo nota e encaminhando o resultado ao coordenador do Estágio.
- VIII – Preencher os diários, recolher e arquivar os relatórios finais. (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 121).

Ainda para os orientadores de Estágio o Regulamento trata na Seção VIII que:

Art. 16 Compete aos orientadores de estágio:

- I – Orientar e acompanhar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado em História da elaboração até a execução do projeto;
- II – Participar das atividades articuladas pelo Coordenador de Estágio;
- III – Orientar o(s) estagiário(s) nas questões relacionadas ao conteúdo, metodologia e referências bibliográficas relativas ao projeto;
- IV – Acompanhar o planejamento e execução das atividades de estágio nos

locais onde o mesmo for realizado;  
V – Avaliar o estagiário, atribuindo nota e encaminhando o resultado ao professor de Estágio Curricular Supervisionado; (PPC-HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 121-122)

Observando essas três seções é possível analisar que cada profissional tem determinadas tarefas em relação ao Estágio, sendo que o orientador de Estágio e o Professor da disciplina por algumas vezes é o mesmo, como foi possível verificar nos Relatórios de Estágio da UFFS analisados para essa pesquisa. Mas também é enfatizado no Regulamento, como se pode analisar nas citações a cima, que os três devem estar articulados para um Estágio efetivo e mais bem contemplado.

Para o acadêmico se matricular no 1º Estágio Curricular Supervisionado em História deverá ter concluído e ter sido aprovado, como está proposto no art. 17 do Regulamento de Estágio da UFFS, nos CCR's de Ensino de História, Teoria e Metodologia da História I, II e III e ainda Didática Geral. Sendo ainda que no art. 18 se enfatiza as competências do estagiário, que entre elas deve elaborar Relatórios e Projetos de Estágio, cumprir com prazos e tudo que está proposto dentro dos mesmos, relatar suas experiências quando for solicitado, entre outros.

Além da Instituição de Ensino que promove o Estágio e que o estagiário se encontra, nesse caso a UFFS, faz parte também dessa articulação de Estágio a UCE (Unidade Concedente do Estágio), onde o art. 19 trata dos supervisores do estágio e estagiário dentro da UCE, sendo que os mesmos tem atribuições como acompanhar o estagiário, facilitar seu acesso a documentação da unidade, atribuir nota avaliando o estagiário, entre outros.

Os Estágios são então um compromisso mútuo, onde todas as partes devem estar cientes dos requisitos a cumprir, e do que representa para a formação. Todas as partes devem estar relacionadas e articuladas entre si.

A Seção XI vai tratar basicamente da avaliação de Estágio e do Relatório, sendo que a avaliação será feita pelo professor do CCR, pelo orientador, pelo supervisor do UCE e também pelo próprio estagiário, onde este faz uma autoavaliação. O Relatório Final dos Estágios será avaliado pelo Orientador, como dispõe o art. 23, que observará:

I – Coerência e coesão entre o projeto elaborado e o estágio realizado;  
II – Discernimento e capacidade de inovar;

III – Criatividade e capacidade de decisão;  
IV – Domínio teórico e fundamentação para a prática docente. (PPC-  
HISTÓRIA-UFFS, 2010, p. 124)

Para tanto, é possível observar que os Estágios do Curso de História da UFFS estão Regulamentados, propiciando a articulação necessária para a formação do professor de História, proporcionando uma ampla ligação com a realidade docente, ensino e pesquisa. Entendendo assim que apesar de o estágio estar regulamentado, na Grade Curricular este não está bem explicado e explicitado.

No próximo capítulo dessa pesquisa será feita a descrição e análise dos Relatórios de Estágio no Ensino fundamental, da UFFS, dentro do período de 2015/1 e 2015/2, sendo o objetivo verificar se os alunos/estagiários atribuem importância para o Estágio em sua formação, além de analisar se relatam as expectativas que tinham antes de realizarem o Estágio e como o veem após a docência em específico.

Pode-se adiantar que os alunos/estagiários além de observar a sala de aula, fazem um período de observação da estrutura da escola. Com essa observação, é possível verificar que os estagiários podem se ambientar tanto do espaço quanto dos profissionais e colegas de profissão, identificando também como é o contexto de determinada escola e como ela funciona.

Além dessa questão da observação, será possível perceber também uma preocupação dos alunos/estagiários em caracterizar as turmas como calmas ou agitadas, que será problematizado no próximo capítulo.

## 4 OS ESTÁGIOS EM HISTÓRIA NA UFFS

Após observadas as Leis, Regulamentos, trajetória da formação dos professores no Brasil, como também em específico sobre a formação do professor em História da UFFS, e os estágios, o presente capítulo buscará demonstrar e identificar a importância que os alunos/estagiários do Curso de Licenciatura em História da UFFS atribuem ao Estágio Curricular Supervisionado, mais especificamente, nos Estágios I e II, que ocorrem no ensino fundamental, tanto a observação, quanto a docência. Para tanto, foi necessário fazer uma breve busca e explanação sobre a trajetória de formação dos professores no Brasil, bem como a ênfase das Leis que regulamentam os estágios, as licenciaturas e a formação do professor em geral, e em história.

Os Relatórios de Estágio analisados estão entre o período de 2015/1 e 2015/2, sendo de observação e docência no Ensino Fundamental. Para tal pesquisa, foram utilizados seis estagiários que realizaram esses dois estágios, sendo analisados seus Relatórios de observação, Propostas de Intervenção para as turmas observadas e com as quais possivelmente iriam realizar o Estágio II e também os Relatórios de Docência. As Propostas/projetos de Intervenção são aquelas que os alunos/estagiários realizam após as observações, assim, como o nome já indica, devem propor um cronograma, com metodologia, tema, justificativa para tal tema, fundamentação teórica, seguindo o que acreditam ser melhor para cada turma. Sendo necessário ainda enfatizar que não está se propondo analisar os Relatórios por completo, mas sim, em partes, tendo em vista o objetivo de entender e investigar se os estagiários atribuem importância para essa etapa de suas formações.

O capítulo será dividido em pontos que exponham e descrevam esses relatórios e relatos, para depois fazer a análise em relação a importância inferida pelos mesmos. É preciso enfatizar que os nomes dos estagiários não serão revelados, por isso serão chamados de estagiário "A", "B" e assim por diante. Além disso, o relatório de observação e o projeto de intervenção foram elaborados durante o semestre 2015/1 e o relatório de docência foi elaborado no semestre 2015/2. Como já foi enfatizado na introdução os relatórios são fontes primárias, tendo em

vista que não foram realizados fazendo uma discussão de outras fontes e sim de seus próprios relatos e experiências naquele momento, levando em consideração ainda, que os alunos/estagiários ao escreverem provavelmente não estavam pensando que esses relatórios poderiam servir como fonte principal para uma pesquisa, portanto, são aqui fontes primárias.

Será possível observar que os alunos/estagiários falam em seus relatórios sobre a questão da greve dos professores de Santa Catarina que estava acontecendo no momento de realização do Estágio de observação (2015/1). A greve iniciou por conta dos professores serem contra à Medida Provisória 198, proferida pelo Governador Raimundo Colombo, que fixava a remuneração básica do professor Admitido em Caráter Temporário- ACT. Segundo o Jornal de Santa Catarina<sup>13</sup> os professores ACT's eram contra essa Medida Provisória por acreditarem que se tornariam “horistas”, já que não teriam mais a gratificação por regência de Classe, que é o momento de preparação de suas aulas. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina- SED, afirmava que essa gratificação já estaria inclusa no salário dos professores. Assim, a negociação entre professores e Governo continuou e em alguns momentos as aulas e atividades paravam durante o estágio, sendo que como a greve não foi aderida pela totalidade dos professores, em alguns casos o estágio ocorreu dentro de sua previsão e em outros casos não, como poderá ser visto a diante.

#### **4.1 PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS EM RELAÇÃO AO ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO**

Nessa etapa da pesquisa será possível observar as percepções dos alunos/estagiários em relação ao Estágio de Observação, como percebem e observam as aulas, os alunos, em alguns momentos até mesmo os professores e suas metodologias, mesmo não sendo essa a proposta central de observação, é importante perceber como é o comportamento dos alunos em relação as diferentes

---

<sup>13</sup> Professores estaduais votam greve em Santa Catarina nesta terça-feira. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/03/professores-estaduais-votam-greve-em-santa-catarina-nesta-terca-feira-4714805.html>> Acesso em 15/06/2016.

atividades e diferentes professores, se existem mudanças nesses comportamentos ou não, para que possam pensar melhor e refletir sobre quais estratégias e metodologias seriam melhor para realizar com cada turma no segundo momento de estágio, que é a docência. Enfatizando que todas as escolas em que os alunos/estagiários realizaram seus estágios são de Chapecó, da Rede Estadual de Ensino.

O estagiário "A" observou duas turmas de 9º ano. Sendo que inicia seu relatório de observação falando que acredita ser esse um momento de aproximação do acadêmico, do futuro docente com a realidade escolar. Enfatiza que esse período de observação foi um tanto complicado pelo fato de estar ocorrendo a greve dos professores do estado de Santa Catarina, porém acredita ter sido muito importante o momento de observação da greve, pois isso acrescentou em muito na sua formação, já que esse assunto não é muito debatido e visto durante a formação acadêmica, dentro da instituição de ensino.

Afirma ainda que a primeira vez que foi na escola não teve uma recepção muito boa, pois os professores da escola acabavam de entrar em greve, então não estavam muito receptivos, porém em um segundo momento foi mais branda a recepção. Ainda enfatiza que os alunos muitas vezes foram indiferentes a sua presença. A observação ocorreu com duas turmas de 9º ano, sendo que não foi observada somente as aulas de história. Assim, sentou-se ao fundo da sala para acompanhar a turma, fazer anotações e dispersar o menos possível a turma. Enfatiza que apesar de não ser o objetivo de analisar os professores, observar como dão aula, ajuda a pensar na profissão e é preciso para entender o comportamento dos alunos.

Das duas turmas observadas, a diferença de uma para outra era que em uma delas os alunos se preocupavam com a presença do estagiário, enquanto na outra os alunos nem se importavam. Em uma turma existe uma dificuldade maior em relação a interpretação e em copiar do quadro, enfatiza que os alunos pareciam não conseguir acompanhar e ir na mesma direção do raciocínio da professora de História. Nessa turma quando a professora mencionou que o estagiário iria trabalhar com eles no futuro, estes admitiram não querer. Já na segunda turma, que é aquela que não se importava com a presença do estagiário, a professora despertava a

atenção nos alunos quando relacionava o assunto estudado com a realidade hoje, aproximando a situação dos alunos.

O estagiário pode ainda acompanhar a greve que ocorria no momento do estágio, relatando que apesar de ser importante a observação nas salas de aula, a observação da greve também foi de fundamental importância, pois além de não se ter esse contato durante a formação acadêmica, o acompanhamento desse fato é importante ainda para, além da formação como docente, a sua formação como sujeito histórico. Assim, afirma que:

Esse momento de greve, é delicado, e um direito do trabalhador, e o professor como tal está lá tentando o cumprimento de suas reivindicações, isso não sendo fácil, e visivelmente desgastante. Acredito que tudo que vi e ouvi, só acrescentou na minha formação humana, por ter a oportunidade de presenciar essas discussões, e cada pessoa que falava tinha suas particularidades, ouvir “todos os lados”, buscando não preconizar nenhum. (RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO-ESTAGIÁRIO “A”, 2015/1, p. 24-25)

O estagiário “A” enfatizou que esse primeiro estágio foi um período de “aproximação discreta”, afirmando que o período de observação é um tanto curto para perceber todas as questões da realidade escolar, mas mesmo assim percebeu que o comportamento do aluno se adequava a cada aula e cada professor, sendo que o professor é quem “inspira” o aluno. O mesmo enfatiza então que o estágio é um período claramente importante para os alunos da licenciatura.

O estagiário “B”, diferente do “A”, realizou seu estágio de observação em duas turmas de 8º ano, e também não detalha tanto quanto o primeiro, seus relatos de observação. Destacou que foi muito bem recebido na Escola, sempre que precisou se mostraram dispostos a ajudar, a mostrar estrutura e afins, sendo o ambiente da Escola muito acolhedor. Também nesse estágio, ode acompanhar as diferentes aulas em sua observação, afirmando ser essa experiência muito válida, já que pode observar os contextos envolvendo troca de professores, aulas e a reação dos alunos e seus comportamentos conforme tudo mudava.

O estagiário coloca que como o momento era de greve as aulas foram remanejadas de acordo com a adesão dos professores. Relata que os alunos da primeira turma em geral reclamavam para copiar os assuntos do quadro, mas que a professora de História da turma enfatizava que eram alunos calmos, participativos,

que gostavam de questionar, tornando as aulas mais dinâmicas. Na segunda turma de 8º ano o que se percebeu é que os alunos se dispersavam fácil com qualquer tipo de empecilho ocorrido em sala. A partir de um determinado momento os professores voltaram as salas de aula e aparentemente tudo voltaria ao normal, mas em algumas aulas os professores que haviam aderido a greve, e que agora voltavam para a sala, passavam o tempo todo conversando com os alunos, enfatizando sua decepção com o atual estado da educação, entre outros, fazendo com que os alunos parassem tudo que faziam para prestar atenção nisso. Enfatizando ainda que os alunos/estagiários não observaram apenas as aulas de História.

O estagiário “B” coloca que ambas as turmas eram adaptáveis ao professor, ou seja, se é mais rígido os alunos tendem a se comportar melhor e realizar as atividades com mais sucesso, se é menos rígido, os alunos tendiam a se dispersar mais e ficarem mais agitados. Afirma ser de grande importância o estágio de observação, para a visualização da realidade escolar, do por que uma Escola é de um jeito e não de outro.

O estagiário “C” diz que teve como expectativa buscar compreender como se davam as relações internas no âmbito escolar com o estágio de observação. Ainda fala que esse é um momento de observação da realidade da sala de aula, como também enfatizam Pimenta e Lima (2004), de um primeiro contato para quem nunca teve. Por já fazer parte do PIBID, esse estagiário também conta que sua recepção na Escola e por parte dos alunos foi boa, pois já tinha contato. O PIBID é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, um projeto que concede bolsas aos acadêmicos da Licenciatura da UFFS onde podem ter um contato com a Escola de Educação Básica, fazendo atividades coordenadas pelos orientadores, tanto da escola como da Universidade. Quanto às observações, foram feitas em duas turmas do Ensino Fundamental: um 6º e um 9º ano. A primeira turma, que seria do 6º ano, era desconhecida do estagiário, pois não tinha tido contato durante a realização do PIBID, assim quando entrou na sala os alunos ficaram o observando, parando o que faziam, mas logo voltaram ao que estavam fazendo, era uma turma muito agitada e falante. Já com a turma do 9º ano foi diferente, pois era uma turma com que o estagiário já estava acostumado trabalhar, bem como os alunos já estavam habituados com sua presença, tendo em vista que era trabalhada no PIBID.

Assim, coloca que a turma era muito boa de trabalhar, os alunos faziam as atividades e eram bem participativos.

O estagiário “C” coloca que a presença de uma pessoa estranha certamente em um primeiro momento atrapalha o decorrer da aula, portanto demora um pouco para perceber como a turma seria de verdade, como reagiriam a troca de professores, como eram em relação as atividades, entre outros, mas após um tempo, conforme acostumaram com essa presença, a realidade ficaria mais visível, podendo pensar em uma estratégia de aula mais efetiva para tal turma.

Com os questionários aplicados nas turmas, o estagiário “C” percebeu que os alunos estavam distantes de um pensamento de inserção como sujeitos históricos na sociedade, e assim, afirmavam que não viam qual era o efeito que a matéria de história poderia trazer para eles. O desafio se dava nesse sentido, mesmo aplicando conteúdos que talvez não tivessem tanta ligação com a realidade atual, se via na obrigação de trazer a importância da história para a vida desses alunos. Com os alunos do 9º ano seria mais fácil fazer essa aproximação por que o conteúdo a ser trabalhado seria em torno da Ditadura Militar no Brasil, conforme combinado com a professora titular. Já no 6º ano seria mais desafiador, pois o assunto seria o Egito e acreditava que encontraria mais dificuldades em relacionar com a atualidade. O estagiário enfatiza que o estágio de observação é bem importante no sentido de se conseguir detectar quais serão suas possíveis dificuldades, e assim, tentar superá-las, é uma aproximação da realidade fundamental na formação do professor.

Para o estagiário “D” o estágio é de grande importância para a sua formação, tendo em vista que nesse momento conseguiria se aproximar da realidade escolar, bem como do ambiente em geral que se insere. Pensa que a prática de estágio possibilita pensar criticamente no ensino e no modo de ensinar. Assim, avalia que é importante estar em uma escola como estagiário, analisando todas as questões envolvendo esse ambiente, já que esse provavelmente será um de seus possíveis ambientes de trabalho. O estagiário, assim como os demais analisados que enfatizam ser o estágio um momento de vivenciar e visualizar a realidade, refletindo sobre a profissão e educação, estão de acordo com Pimenta e Lima (2004), afirmam que os professores devem ser formados nesse sentido, de refletir, de criticar, pesquisar, questionar o contexto em que trabalham, formando também uma

identidade. Assim, o estágio é um momento e um passo para essa construção e formação identitária e de reflexão sobre a realidade vivenciada.

Afirma que o primeiro momento de contato com a escola foi um pouco mais tímido e que com o passar dos dias o pessoal da escola foi se acostumando com sua presença e assim o relacionamento com a escola foi se tornando cada vez mais íntimo e melhor.

O estagiário “D” também observou as aulas como um todo, não observando só as aulas de História. Acredita que assim foi possível observar mais de perto a realidade das salas com que iria trabalhar, visto que pode acompanhar a troca de professores, se existia uma diferença no modo de comportamento dos alunos com essa troca, com o “gostar” mais de uma que outra matéria e assim por diante, inclusive observar quais os métodos que poderia utilizar para melhor realizar seu estágio e fazer com que as aulas se tornassem interessantes para seus alunos. Ficou com duas turmas de 8º ano, assim, afirmou que uma delas era pouco mais agitada, apresentam também certa imaturidade para certos assuntos segundo o estagiário, assim, muitos professores da turma afirmaram que seria uma “turma”, já a segunda turma era mais calma, sendo mais participativos, curiosos, questionadores e mais fáceis de realizar atividades. Além disso afirma que:

[...] possibilitar atividades mais dinâmicas e extrovertidas em momentos oportunos, poderia fazer a relação professor/aluno se desenvolver de forma mais harmoniosa e íntima, onde a troca de experiências seria de grande relevância para o desenvolvimento humano de ambos, cada um de acordo com as suas especificidades e maneiras de enxergar o diferente. (RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO-ESTAGIÁRIO “D”-UFFS, 2015/1, p. 30)

Como é possível perceber, o estagiário acredita ser muito importante uma utilização de métodos que faça com que os alunos se sintam interessados na aula, e para além disso promover a troca de experiências para o crescimento de ambos. Afirma ainda que apesar da situação da greve, que ocorria no momento em que realizou o estágio, pode adquirir uma “válida experiência sobre a escola”, conhecendo esse meio em geral.

O estagiário “E” começa seu Relatório de Observação falando que o ambiente escolar não lhe é tão estranho, tendo em vista que também já havia participado do PIBID como outros estagiários. Quanto à recepção o estagiário afirma que foi boa,

porém muitos professores e funcionários o olhavam com um ar de estranhamento, mas que muitas pessoas o auxiliaram de muitas formas, se mostrando interessados, enquanto outras não. Em relação aos alunos, coloca que se sentiu muito bem e confortável na presença deles. Muitos professores em diversos momentos chegaram a dar dicas para o estagiário em relação a sua atuação em sala de aula, muitos dizendo que o mesmo deveria ser rígido e impor sua presença de uma forma mais rígida, enquanto outros falavam para ter uma postura mais branda, não gritando muito e tendo paciência. Enfim, afirma ter tido uma relação boa com a escola em geral, no decorrer do tempo. Em relação a recepção, Pimenta e Lima (2004) afirmam que esse é um ponto de dificuldade muitas vezes, tendo em vista que diversas vezes o que os estagiários ouvem com relação à profissão, de alguns professores experientes, é no sentido ruim, para desistirem enquanto é tempo, entre outros. Mas também afirmam que entre universidade e escola os estagiários podem e tecem relações capazes de promover conhecimentos, aprendizagens, trocas, críticas com os colegas de profissão.

A observação que o estagiário “E” fez foi em uma turma de 6º ano e uma turma de 8º ano. Enfatizando que ficou observando as turmas do fundo da sala e que procurou observar o andamento da turma, as relações entre os alunos, como se comportavam em relação aos mais diversos acontecimentos, e não especificamente analisar os professores e os criticar, porém seria importante fazer a análise das metodologias usadas não no sentido de criticá-los, mas sim, no sentido de pensar o seu modo de atuação em sala e como isso aconteceria.

Depois de um primeiro momento em sala, com a primeira turma que era de 6º ano, afirma que os alunos não se incomodaram com sua presença em sala de aula e agiram normalmente. Sendo que era uma turma bem agitada, mas que realizava as atividades solicitadas. Observa ainda que muitos professores utilizavam o livro didático como principal guia para realizar suas aulas, o que o estagiário sugere ser um ponto a se discutir, já que acredita que o livro didático deve ser apenas um apoio ao ministrar aulas. Ainda relatou que com essa didática feita por alguns professores, os alunos costumavam se dispersar muito em aula, muitas vezes dormindo e/ou outros se agitando mais ainda, enquanto normalmente aqueles que sentavam perto da mesa do professor tentavam escutar a explicação e seguir a aula, sem muito

sucesso, mesmo que alguns professores tomassem uma atitude de parecer explicar só para esses alunos. Outros professores tinham atitudes diferentes, gritando e utilizando frases um pouco pesadas para mandar os alunos ficarem calmos e em silêncio, o que os “revoltava” ainda mais, ficando ainda mais agitados e indiferentes a aula.

Já a segunda turma observada pelo estagiário “E” é um 8º ano, uma turma mais calma, e que mesmo quando tem conversas paralelas, com qualquer chamada de atenção, retornam as atividades e prestam atenção. Os alunos em geral também não se importaram com a presença do estagiário em sala, já alguns professores se mostraram um pouco incomodados com sua presença.

O estagiário “E” afirma que o estágio é de grande importância tendo em vista que para muitos é o primeiro contato com a escola, tendo uma visão diferente da de aluno do ensino básico. Também é um momento de repensar o ensino e refletir sobre os métodos a serem empregados, refletir sobre si mesmo e como poderá se portar e se utilizar de métodos para um efetivo trabalho em sala e para que os alunos entendam a importância da história e de se inserir como sujeitos históricos na sociedade. Assim confirma o que deixou claro em todo o relatório de observação, sobre a importância do estágio, tanto para sua formação, como para a inserção na realidade escolar com que lidará na sua vida profissional na educação básica.

O estagiário “F” começa seu relato de experiência com a observação enfatizando a preocupação com a greve estadual de Santa Catarina que os professores se encontravam, assim, provavelmente atrasando um tanto seu estágio de observação. Conta também que foi muito bem recebido na escola que iria desenvolver o estágio, sentindo-se muito a vontade para tal, assim como professores que já haviam trabalhado naquela escola também avaliaram ser uma escola ótima para se trabalhar, deixando o estagiário mais aliviado e calmo.

Durante a observação em sala, conta que procurou observar a turma, seu comportamento, características, mas também como os professores davam andamento para as aulas, quais os métodos utilizados, pois acredita que cada turma responde de um jeito para os métodos e intervenções dos professores. O intuito desse estagiário não era criticar os professores, mas sim, analisar quais métodos e de que modo deveria e poderia interagir com a turma, para que se interessasse

pelas aulas e o estágio acontecesse da melhor forma possível. Aqui é válido afirmar que:

A aproximação do aluno estagiário com o professor da escola não é apenas para verificar a aula e o modo de conduzir a classe. É também para pesquisar a pessoa do professor e suas raízes, seu ingresso na profissão, sua inserção no coletivo docente, como conquistou seus espaços e como vem construindo sua identidade profissional ao longo dos anos. (PIMENTA E LIMA, 2004, p. 112)

Então, mesmo que o intuito do estagiário ao analisar o professor e o modo de conduzir a aula, não fosse o de criticar, esse processo de investigação e também de conversas e trocas com os colegas professores já experientes, é um passo importante para a sua própria construção identitária como docente.

As turmas observadas pelo estagiário “F” eram dois 6º anos, sendo que a primeira turma, denominada como A, era muito participativa, porém alguns alunos atrapalhavam a concentração dos outros com brincadeiras e conversas, mas a maioria sempre fez as atividades propostas pelos professores, como também buscava relacionar assuntos do seu dia a dia com as aulas e os conteúdos que estavam sendo trabalhados. Nessa turma foi perceptível a mudança de comportamento dos alunos conforme o comportamento do professor, se era um professor mais rígido os alunos ficavam mais em silêncio, se era um professor mais brando, os alunos se sentiam mais a vontade para participar, perguntar, debater. Quanto a sua presença em sala, os alunos ficaram curiosos em saber o porque estava lá, alguns professores até falaram que o estagiário iria anotar nomes dos “bagunceiros” para levar ao diretor, o que fez com que alguns ficassem preocupados.

Já a turma B, também de 6º ano, era mais inquieta que a A e alguns professores diziam que ela não rendia. Assim, observou que as turmas eram bem diferentes. O estagiário relata que os alunos conversavam muito e não se detinham nas atividades propostas, se diferindo da turma A, principalmente por isso, já que a primeira turma apesar de conversar e bagunçar, quando solicitada fazia as atividades propostas, interagindo e ajudando a aula render. Também observou que a B era um pouco mais madura em relação as características dos alunos e que também agiam de acordo com a troca de professores.

O estagiário “F” relata que percebeu que antes de iniciar o estágio, muitos funcionários da escola tentaram passar uma imagem diferente do que a escola é na realidade, sem relatar os problemas, os desejos da escola, entre outros. Percebeu também que muitos pais acreditam ser a escola um espaço que apenas cuida de seus filhos e não percebem o papel de formadora de cidadãos críticos que deve exercer, pois reclamavam muito da greve que alguns professores da escola participavam e diziam não ter onde deixar seus filhos. Com relação a essa realidade escolar observada, Pimenta e Lima (2004) afirmam que umas das muitas questões normalmente debatida pelos estagiários em um primeiro contato com a escola, é o choque que levam com essa realidade, tanto em níveis de estrutura, de funcionamento, de colegas e etc. Assim, o estagiário “F” relatando esse choque entre o que estavam tentando passar sobre a escola e o que ela realmente era quando realizou o estágio, é um dos pontos debatidos pelas autoras.

O medo e o pavor tomaram conta do estagiário “F” antes de iniciar o estágio e ir até a escola, confessa que sempre teve medo do estágio, mas a partir do momento que começou a frequentar o ambiente escolar e ser bem recebido nesse meio, o medo e o receio foram passando. Assim, afirma que a partir desse momento, do estágio de observação, o fato de entrar em uma sala de aula se tornou um pouco mais fácil, pois já teve um primeiro contato com tal, sentindo-se mais preparado para o segundo estágio, que seria o de docência.

#### **4.2 PROJETOS DE INTERVENÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DE HISTÓRIA-UFFS**

Nessa parte da pesquisa será feita uma descrição dos Projetos de intervenção realizados pelos alunos/estagiários. Esses Projetos foram feitos após o Estágio de observação, assim contém o tema que foi pensado em se trabalhar nas turmas que observaram e que iriam realizar o segundo estágio, de docência, também justificativa, fundamentação teórica, objetivos e um cronograma. É necessário enfatizar que esses projetos são um proposta, que pode ter sido modificada no Estágio II, que será visto posteriormente.

O estagiário “A” tinha como proposta de intervenção para os 9º anos o tema

LEI 11.645/08 sobre a cultura afro dentro da sala de aula. Assim, justifica esse tema no sentido de que a história dentro da Escola em que estava realizando o estágio se dava no viés tradicional, seguindo o livro didático, para tanto essa temática trabalhada pelo estagiário foi uma indicação da professora de história que o acompanhou. Mesmo a professora titular tendo percebido a necessidade de se trabalhar a questão da cultura afro dentro de sala de aula, trabalha em um viés mais tradicional da história. Nesse sentido, se pode voltar a discussão já apresentada no capítulo anterior, sobre a questão de se trabalhar a história tradicional, onde Dmitruk (1998) afirma que aulas apenas expositivas reproduzem essa história mais tradicional e não levam o aluno a pensar criticamente e refletir, o faz então se distanciar da história. Por isso a autora enfatiza a necessidade de relacionar a história com o presente e trazê-la para perto do aluno, fazendo o mesmo se inserir na sociedade como sujeito histórico, crítico e reflexivo.

O estagiário percebeu uma necessidade de se trabalhar esse tema, por conta de que durante a sua observação verificou diversos momentos de ofensas raciais que os alunos faziam. Outra questão que deve ser observada segundo o estagiário é a questão de que a escola em que realizou o estágio, está situada em um bairro com uma presença grande de agroindústrias, assim uma grande presença também de imigrantes negros que fazem parte do quadro de funcionários dessas agroindústrias, e o estagiário percebeu que existia uma depreciação da figura negra em relação a esses trabalhadores. Por isso disse ser necessário tratar da cultura primeiro, para depois seguir no sentido de entender o porque da necessidade da criação de uma Lei específica para tal assunto, visando a sociedade plural em que vivemos, trazendo esse tema para a realidade dos alunos. Os objetivos do estagiário no projeto giravam em torno de abordar a cultura afro e evidenciar a pluralidade existente na sociedade, bem como debater sobre a questão imigratória em Chapecó. Os autores mais utilizados no Projeto pelo estagiário foram Pimenta e Lima e Luiz Fernando Cerri.

O estagiário dividiu o tema em doze aulas. Propôs na primeira aula fazer uma apresentação inicial, depois introdução ao tema, os alunos deveriam realizar um texto ou desenho, expressando o que entendiam por cultura afro, como viam a figura do negro; na segunda iria discutir o porque da Lei 11.645; na terceira iria

problematizar o que é a cultura; na quarta o que é a arte, para enfatizar a arte e a cultura; na quinta se propunha debater sobre a religiosidade africana; na sexta aula trabalhar as músicas brasileiras com raiz africana; na aula sete iria propor debate em relação a democracia racial; na aula oito trabalharia o preconceito na sociedade brasileira; na nona aula trabalharia a imigração africana e afrodescendente na cidade de Chapecó; na aula dez trataria do processo de independência haitiano; na aula onze os alunos deveriam realizar um mural com manchetes/notícias sobre o preconceito racial, visando combatê-lo; na última aula, os alunos voltariam a promover um texto ou desenho mostrando como veem a cultura afro e a figura do negro. O projeto de intervenção seria então para incentivar o debate em sala de aula.

O projeto do estagiário “B” para suas turmas se daria sobre o tema a Era Napoleônica e a Revolução Industrial, foi um tema proposto pela professora de história titular, pois era o previsto para o andamento das turmas. O estagiário enfatiza que o conteúdo seria o mesmo, mas possivelmente o andamento das aulas se daria diferente em ambas as turmas, já que uma turma era perceptível que colaborava mais, podendo explorá-los mais do que a outra. Sobre a Era Napoleônica o estagiário propôs apresentação inicial, introdução ao tema, utilização de um vídeo de 2 minutos; depois compreender a periodização de Consulado e Império; num terceiro momento faria a explicação do último período Napoleônico-Cem dias; e em um último momento desse tema faria uma revisão e aplicação de avaliação. Já em relação ao tema da Revolução Industrial, em um primeiro momento o estagiário “B” propôs uma explicação sobre o termo Revolução; depois sobre o começo da Revolução Industrial e porque foi na Inglaterra; um terceiro momento, a utilização de um vídeo sobre o filme Tempos Modernos, de Charles Chaplin, para explicação das consequências da Revolução Industrial; por último um resumo sobre a revolução, com a utilização de quadrinhos e avaliação.

Os objetivos do estagiário “B” se davam no sentido de entender como foi a Era Napoleônica e a Revolução Industrial e também “Compreender a História enquanto processo de vida, fazendo com que o aluno consiga refletir sobre a realidade a partir das transformações ocorridas ao longo do tempo e incentivar o debate acerca dessas transformações” (Projeto de Intervenção-estagiário “B”, 2015/1, p. 4). Alguns

dos autores utilizados pelo estagiário são Letícia Canêdo, Eric Hobsbawm, Raquel Stoiani, entre outros.

Os temas que o estagiário “C” deveria trabalhar eram o Egito Antigo com o 6º ano e Ditadura Militar com o 9º ano. Assim, continuou enfatizando que seu desafio estaria em provocar os alunos para que se inserissem na sociedade como sujeitos históricos, que vissem a validade da história para suas vidas, já que afirmaram que não viam essa validade. Podendo lembrar o que apresenta Dmitruk (1998) em relação ao trazer para o aluno a realidade, estando então o estagiário de acordo com a autora. Também iria trabalhar esses conteúdos porque seria o andamento das aulas segundo as professoras titulares informaram. Enfatiza também a necessidade de aproximação com os alunos, para então conseguir pensar em aulas efetivas e interessantes para tais turmas, que segue Pimenta e Lima (2004) em relação a investigação e aproximação/conhecimento do aluno em relação aos questionários. Percebeu também durante o estágio de observação, que no 6º ano, existia uma desigualdade social bem grande na turma, o que por vezes gera certo desconforto e até prática de bullying uns com outros.

Para o 9º ano, foi pensado em um plano que houvessem exposições do conteúdo, utilização de gráficos, slides, livros, trabalho em grupos sobre os estilos musicais que sofreram repressão durante a Ditadura, e avaliação das aulas. Já com o 6º ano, primeiramente pensou em fazer duas linhas do tempo, onde mostraria a duração temporal da sociedade egípcia, depois reservaria um momento para falar da pirâmide social. Os alunos deveriam realizar uma pesquisa sobre a desigualdade social. Depois continuaria o conteúdo com utilização de livro didático, slides, mapas, exibição de filme, e avaliação das aulas. Seus objetivos foram em torno de conhecer e analisar o período da Ditadura Militar, como também da Sociedade Egípcia, fazendo uma relação dos temas com a realidade, tanto em questões políticas para o 9º ano como questões de desigualdade social e divisão de classes para o 6º ano. Os autores utilizados como referência foram Pimenta e Lima, Luiz Fernando Cerri, Marlene Cainelli, entre outros.

O tema que o estagiário “D” iria trabalhar com suas turmas seria A Guerra do Contestado, política e cultura cabocla. Por isso, coloca que estudar esse tema era muito pertinente, tendo em vista que durante a observação pode perceber a grande

presença de traços caboclos existentes nos alunos, assim, estudar a cultura, a presença cabocla no dia a dia desses alunos, seria muito interessante. Ainda afirma que estudar sobre esse assunto e promover uma reflexão mais aprofundada seria uma forma de fazer esses alunos se perceberem como sujeitos históricos, o que também, o coloca de acordo com Pimenta e Lima (2004) na questão debatida anteriormente de conhecer seus alunos e também com Dmitruk (1998) em relação ao inserir seu aluno como sujeito histórico, crítico e reflexivo.

Para as duas turmas o estagiário “D” pensou em um plano de ensino igual para ambas, assim propôs fazer uma exposição do conteúdo com textos, imagens, mapas, depoimentos, documentos, e ainda uma aula na sala de informática para que seus alunos pudessem realizar pesquisa sobre a cultura cabocla, os alunos também deveriam realizar uma avaliação descritiva sobre o assunto estudado durante as aulas em um outro momento, para a socialização sobre essas pesquisas e avaliação final do estágio pelos alunos. Os objetivos foram no sentido de promover uma diversidade cultural, bem como enfatizar a relação entre política e cultura, e também colocar os alunos em contato com a pesquisa e a produção do conhecimento histórico. Os autores utilizados no Projeto pelo estagiário foram Pimenta e Lima, Leandro Karnal, Gelson Luiz de Pádua, entre outros.

O Projeto de intervenção do estagiário “E” gira e torno de duas turmas, uma de 6º ano e uma de 8º ano, a de 6º ano teria como tema a iconografia no ensino de história e o 8º ano em torno da inclusão social no ensino de história. Para a turma do 6º ano pensou nesse tema, para suas aulas no estágio de docência, por conta de perceber durante o período de observação que os alunos dessa turma gostavam muito de realizar atividades, portanto pensou em realizar suas aulas utilizando de imagens, estátuas, monumentos antigos, para promover reflexão e debate acerca de perceber a importância dos documentos/fontes históricas, também promover um incentivo ao senso crítico dos alunos. Procuraria então, partir do tempo presente e relacionando com a sociedade da Grécia Antiga, promover essa reflexão falada anteriormente, ao mesmo tempo que abordaria o assunto da Grécia.

Já com o 8º ano o estagiário “E” pensou em trabalhar a inclusão social no ensino de história, pois durante a observação feita na turma, percebeu que existiam diferenças na classe, inclusive por ter alunos com Transtorno de Déficit de Atenção

com Hiperatividade– TDAH, e que essas diferenças geravam vários tipos de exclusões por parte de alunos. Para tanto pretendia mostrar as diferenças sociais que existiam na sociedade partindo da Independência do Brasil, enfatizando que partiria “das diferenças culturais presente na sociedade brasileira, para o debate de inclusão social atualmente, para que os alunos possam compreender e refletir sobre os motivos e razões da exclusão social” (PROJETO DE INTERVENÇÃO-ESTAGIÁRIO “E”, 2015/1, p. 10). Buscando então a reflexão dos alunos acerca da inclusão social, é perceptível que o estagiário está de acordo com os autores Pimenta e Lima (2004) e Dmitruk (1998), tendo em vista a aproximação com os alunos e a pretensão de ligá-los ao presente, não ensinando apenas a história tradicional. Os objetivos desse estagiário eram então analisar a iconografia sobre a Antiguidade Clássica, bem como o período da Independência do Brasil e o Primeiro Reinado, mas além disso promover nos alunos o senso crítico, e também identificar as questões da exclusão social. Os autores utilizados pelo estagiário foram Luiz Fernando Cerri, Larissa Viana, entre outros referentes aos temas.

O estagiário “F” trabalhou com duas turmas de 6º ano, assim fez seu projeto com o mesmo tema para ambas as turmas, sendo ele “O Império Romano: surgimento, ascensão, queda e aspectos culturais”, assim, como observado nas turmas percebeu que os alunos eram muito curiosos, por isso pensou em trabalhar, além de aspectos tradicionais ou comumente trabalhados, como ascensão e queda, também aspectos como a cultura, suas festas, esculturas, entre outros. Além disso afirma que “O papel do professor deve ser o de instigar os alunos a saber mais sobre o tema das aulas, fazer com que os mesmos se interessem, pesquisem mais em casa e tragam a cada aula elementos novos para serem debatidos” (PROJETO DE INTERVENÇÃO-ESTAGIÁRIO “F”, 2015/1, p. 4). Portanto, segundo o estagiário é necessário colocar ao aluno e mostrar que ele é parte fundamental do processo de aprendizagem, é preciso então inserí-lo no contexto histórico e no processo de ensino-aprendizagem. O cronograma estava previsto para ser abarcado os conteúdos de ascensão, cultura, crise, como também um trabalho em grupo na sala de informática, além de avaliação geral do conteúdo e foi planejado assim com base na observação. Os objetivos eram conhecer os aspectos gerais do Império Romano. O estagiário ainda enfatiza que o professor deve instigar nos alunos o

conhecimento, a inserção no processo de construção de conhecimento. Os autores utilizados Jaime Pinsky, Gisele Rizzon, Carine Portela, entre outros.

#### **4.3 PERÍODO DE DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: PERCEPÇÕES E RELATOS DOS ALUNOS/ESTAGIÁRIOS**

Percebe-se que o estagiário “A” fez uma alteração na divisão das aulas em relação ao projeto de intervenção e a aplicação propriamente dita em sala de aula. Assim, primeiramente seguiu com apresentação inicial e introdução ao tema como proposto, depois já passou para o debate em relação ao negro na cidade de Chapecó, depois o por que da Lei, o que é cultura, o preconceito na sociedade brasileira, depois a religiosidade africana, debate sobre o negro na mídia e na sociedade, e por último a realização do mural e da atividade de representação do negro segundo os alunos. Utilizou o mesmo plano de ensino para as duas turmas com que trabalhou, enfatizando que ambas eram muito parecidas. Assim, na primeira turma o estagiário considerou a experiência bastante desafiadora, já que teve certa dificuldade para realizar debates com a turma inicialmente, tendo em vista que os alunos ficavam quietos até quando eram solicitados para o debate. Portanto fez várias tentativas de aproximação, pois alguns estudantes mostravam-se distantes das discussões e da aula. Destaca que na avaliação que os alunos realizaram sobre as aulas no último dia, em geral consideraram as aulas “boas”, com muitos pontos positivos, como as estratégias utilizadas pelo estagiário, que foram diferentes do normal que ocorrem nas aulas, como o debate, a utilização da sala de vídeo, entre outros, também houveram alunos que citaram que sua concepção e visão do imigrante mudou após as aulas ministradas pelo estagiário “A”, porém, também tiveram aqueles alunos que não gostaram da dinâmica da aula, também do tema, dando inclusive dicas de temas que a turma poderia ter se interessado mais, entre outros. A avaliação dos alunos é de grande importância para reflexão de alguns pontos de sua atuação. Com relação as atividades propostas pelo estagiário “A” observou-se que muitos alunos conseguiram entender bem o que estava se propondo, refletindo e muitos até mudando seu pensamento antes e depois das

aulas, porém alguns alunos ainda apresentaram ideias limitadas sobre o tema.

Já a experiência com a segunda turma de nono ano trabalhada pelo estagiário “A”, mostrou-se mais fácil, pois todas as estratégias funcionaram como proposto. Os alunos colaboraram, debateram, se mostraram interessados e gostaram dos debates, porém algumas vezes ficavam tão agitados com os debates que ocorriam conflitos entre eles mesmos, isso foi também um ponto avaliado ao fim das aulas, pelos alunos, já que o barulho por vezes atrapalhava as aulas, mas em geral avaliaram as aulas e o tema como “bons”, ou seja, gostaram das aulas e do modo com o estagiário procedeu suas atividades.

Por fim, o estagiário “A” coloca que já tinha tido um contato com os alunos do ensino fundamental por ser bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), mas que sua posição como bolsista e estagiário se diferem, são situações diferentes. Afirma que foram momentos de grande aprendizado, momento em que se associa todo o curso com a realidade, momento em que se pensa mais uma vez se é aquilo que quer para sua vida, e que para o estagiário, continua com um afirmativo de que sim. Também fala que no estágio de docência, não se está analisando, refletindo, e vivenciando a sala de aula e acabou, o estagiário está vivenciando toda a rotina escolar, com os empecilhos, com os sucessos, com as greves nesse caso, entre outros, com a realidade que enfrentará.

Os temas que o estagiário “B” iria trabalhar foram pensados e definidos junto com a professora titular das turmas, que seria o que estava previsto para o andamento do ano letivo, para assim não “atrapalhar” de certa forma o ano. Assim, os temas seriam a Independência da América Espanhola e a Revolução Industrial. A primeira turma que o estagiário fala, era uma turma que em geral era boa de se trabalhar, já que eram participativos, realizavam as atividades e eram educados, como pode verificar no estágio de observação. Os planos de ensino foram elaborados de acordo com o que a professora pediu. O estagiário afirma que por diversos motivos teve de readequar os planos, pois em sala de aula o processo é diferente, a visão é diferente e é preciso readequar o modo de fazer a aula tantas vezes quantas forem necessárias para facilitar o andamento e entendimento dos alunos. Trabalhar nessa primeira turma, para o estagiário “B”, foi bem tranquilo de maneira geral, mesmo com diferentes adequações, o que acredita ser necessária

como já enfatizado anteriormente. Uma dificuldade encontrada nessa turma, seria a dificuldade de compreensão dos alunos em determinados momentos, bem como a dificuldade de concentração, por isso o modo de trabalho do estagiário teve algumas mudanças para o melhor andamento da turma. Assim, reforça a necessidade de adequação do professor de acordo com cada turma.

A segunda turma de oitavo ano, segundo o estagiário “B”, sofria dificuldades em relação à baixa frequência dos alunos na aula, como também em relação às atividades, que a maioria não se propunha fazê-las, durante a observação isso foi perceptível. Porém no período de docência a realidade foi outra, o estagiário percebeu que os alunos participavam e que a turma se moldava de acordo com o modo que o professor se impunha em sala, ou seja, o professor que determinava como seriam as aulas. Os alunos foram surpreendentes durante a docência, pois, se mostraram diferentes de quando fez a observação, tornando as aulas boas, permitiram a aproximação e a realização das aulas de forma satisfatória. O projeto de intervenção e as aulas foram pensados de uma forma que exigisse menos dessa turma, por conta do período de observação, como relata o estagiário que disse ter ficado um pouco “assustado”, mas foi adequando o estágio e as aulas na medida que percebeu que poderia exigir mais. O estagiário afirma que a professora titular fazia algumas interferências na aula, mas que considerou necessária e válida em diversos momentos. Também pode compreender que o ser professor, na prática, é um constante aprendizado, é uma constante modificação do modo de pensar e ensinar, sendo que sentiu uma grande dificuldade de lidar com essa realidade escolar, por que o meio acadêmico, da Universidade, com que se estava acostumado no cotidiano e os métodos utilizados nela deveriam ser modificados, pois o contexto é muito diferente. Por isso é preciso que os docentes tenham capacidade para essa readaptação constante, para a melhora efetivamente de sua profissão, e de sua atuação em sala de aula e na escola.

Afirma que o estágio é o momento de “familiarização” com a realidade escolar com que o professor da educação básica irá se encontrar. Sendo ele “uma porta de entrada” segundo o estagiário “B”, enfatizando a preparação do professor para lidar com as diferentes situações que surgem no dia a dia escolar. Por isso afirma que o estágio é um espaço importante para a compreensão de todas essas questões, do

ser professor na prática.

O estagiário “C” começa o Relatório de Docência falando que o estágio é muito importante para a formação do professor, tendo em vista que a formação docente não se limita apenas a teoria, mesmo que no estágio exista a ligação de teoria e prática. No estágio o aluno/estagiário consegue colocar em prática tudo que estudou, consegue observar a realidade existente em um ambiente escolar e se coloca, muitas vezes pela primeira vez, como um professor. Enfatiza também que:

[...] o objetivo maior do aluno/professor não é saber o que aluno decorou e sim saber se o aluno apreendeu o assunto estudado e se ele é capaz de analisar os fatos e aplicá-los à sua vida, este é o maior desafio a um aluno-professor, pois ele não é um simples transmissor de conhecimentos, mas sim um mediador que leva os alunos a entenderem o assunto de modo que possam aplicar em suas vidas. (RELATÓRIO DE DOCÊNCIA-ESTAGIÁRIO “C”-UFFS, 2015/2, p. 6)

Percebe-se então que o estagiário tem em mente a necessidade de um professor que forma alunos crítico-reflexivo e que também o é.

Para a turma do 6º ano o plano de ensino foi feito basicamente de acordo com o projeto, com algumas mudanças como a troca do filme que seria exibido, mas os métodos continuaram os mesmos. A turma era um tanto agitada, o que atrapalhava um pouco o processo de ensino-aprendizagem. Por esse fato, se sentiu um tanto despreparado para lidar com uma turma assim, aprendendo na prática com lidar com situações desse gênero, e enfatiza então que a preparação docente ocorre muito na prática. Mas de maneira geral acredita que conseguiu avançar com os alunos no sentido de fazê-los pensar historicamente e como esse conhecimento se insere em suas vidas.

A turma do 9º ano era então participativa e colaborava, como já enfatizando antes. Por tanto conseguiu trabalhar bem, dando seguimento ao que tinha planejado no projeto, e ao fim, concluindo que conseguiu promover avanços também no sentido de que os alunos se sentissem sujeitos históricos. Foi uma turma mais tranquila de se trabalhar.

O estagiário conta que em todas as aulas reforçava o quão importante é a história na vida dos alunos. Também acredita ser esse um momento muito importante na formação de qualquer professor, é necessária essa vivência, assim,

foi um desafio muito grande, mas muito válido e de extrema importância para a formação.

O estagiário “D” seguiu seu projeto durante as aulas do estágio de docência, como foi possível observar em seu plano de ensino para as duas turmas no relatório de docência apresentado. Assim, a primeira turma que coloca em seu relatório teria sido muito gratificante de trabalhar, confessa que teria se deixado levar pelo depoimento de alguns professores de que a turma seria muito difícil de trabalhar, mas os alunos o surpreenderam, falou que a turma é agitada, inquieta, curiosa, mas dentro da normalidade, como qualquer outro adolescente em geral é. Assim, afirma ser essa curiosidade um ponto positivo da turma e que gostou muito de trabalhar, sentindo certo vazio ao fim do estágio.

A segunda turma que o estagiário “D” relata, era uma turma mais madura, assim acreditou que seria mais fácil trabalhar com tal, mas notou que pelo fato dos alunos serem mais tímidos foi um pouco mais difícil. Também enfatiza que por alguns imprevistos ocorridos, teve mais tempo de pensar nas aulas para essa turma e que como já havia trabalhado com a primeira turma, serviu como um “laboratório” para trabalhar com a outra. Assim, teve mais tempo de estudar e buscar outros documentos e métodos para trabalhar com a segunda turma. Afirma que foi também muito gratificante poder dar aula para essa turma e que também sentiu necessidade de mais tempo para trabalhar com a mesma.

No Estágio de Docência o estagiário “E” trabalhou com as turmas observadas durante o Estágio de Observação, assim, com o 6º ano trabalhou com o tema da Grécia Antiga, para tanto propôs realizar debates sobre surgimento da Pólis, política, democracia, cultura, conceito de beleza, entre outros e a partir desses conceitos centrais faria uma relação com os dias atuais, além de prever a utilização de documentários, mapas, imagens e etc. Esse tema foi proposto pela professora titular da turma, tendo em vista o seguimento do cronograma para o ano letivo. O estagiário enfatiza que foi mais fácil fazer o plano de ensino por conta de que o Projeto de Intervenção para o 6º ano foi em torno dessa mesma temática, continuando-o. Para tanto as considerações do estagiário sobre suas aulas com essa turma foram no sentido de afirmar a importância do estágio para sua formação, já que é o momento onde se percebe a realidade no ambiente escolar, afirma ainda

que foi um período de desafios e aprendizagem. Relata também que no seu primeiro dia como professor da turma, se deparou com outro estagiário fazendo a observação, o que o deixou mais nervoso ainda e fez com que pensasse até em sair da sala em alguns momentos durante a aula, mas por fim conseguiu atingir os objetivos de tal aula. Enfatiza que as aulas foram muito boas e proveitosas na turma, mesmo com várias conversas paralelas e ter que chamar muito a atenção dos alunos, realizaram as atividades com dedicação apesar desses empecilhos. O plano de ensino que fez para essa turma teve diversas alterações de horários e conteúdos a serem expostos em cada aula, por conta de palestras, troca de horários, pedidos da professora para realização de atividades para compor a nota dos alunos no bimestre.

Já com a turma do 8º ano relata que eram alunos mais calmos. O tema para essa turma seria a Revolução Industrial, também iria trabalhar esse tema tentando fazer um link e relacionar com os dias atuais, para melhor compreensão dos alunos, utilizando de métodos como documentários, Leis, textos, contextualização e debates acerca de conceitos centrais como escravização e trabalho infantil, desigualdade social, consumismo, entre outros. Para essa turma, também houveram trocas de aulas e alterações no plano de ensino, visto as trocas de horários e pedido de avaliações para fechar notas dos alunos para o bimestre por parte da professora titular da turma.

De forma geral a temática é uma questão pertinente e possui muitos questionamentos, e minha problematização foi em torno de como entender essa temática e até que ponto interfere na vida das pessoas, e qual a importância desse debate em sala de aula e como impacta no modo dos alunos verem a sociedade e sua organização, e as transformações ao longo do tempo e qual o impacto desse mudanças na sociedade atual. (RELATÓRIO DE DOCÊNCIA-ESTAGIÁRIO “E”, 2015/2, p. 77)

Para tanto previa promover o debate relacionando o assunto com o o tempo presente e como influenciava na vida dos alunos e da comunidade em geral. Afirma ainda que a experiência de estágio nessa turma foi muito boa, já que apesar de certos imprevistos, concluiu seu plano de ensino e realizar tudo que havia planejado.

Em suas considerações finais sobre a experiência de docência, o estagiário “E” afirmou ser de suma importância a realização do mesmo para sua formação.

Também considera necessário a reflexão de teoria e prática que muito se debate durante a graduação e principalmente durante o estágio, enfatizando que a partir dessas reflexões se percebe que ambas não podem ser trabalhadas separadamente, é necessário e fundamental pensá-las juntas. Esse momento é muito importante para formação dos professores, tendo em vista que podem pensar e refletir sobre sua própria atuação e verificar o que funciona mais ou não em determinada sala e com determinado aluno. Sendo assim, percebe-se que é preciso estar sempre refletindo sobre o ensino-aprendizagem, sobre ambiente escolar, entre outros.

O estagiário “E” também relata que percebeu o quanto é importante o planejamento das aulas, pensando sempre nas diferenças de cada turma, de cada aluno, de como determinado método pode ser eficiente para uma turma e não para outra, e assim por diante.

O estagiário “F” começa seu relatório de docência lembrando que a primeira turma trabalhada, denominada A no Relatório de observação, era uma turma um pouco agitada, mas também muito comunicativa e que gostava de participar das aulas. Por tanto, trabalhou com esquemas e conceitos centrais, a partir dos quais promovia debate e o andamento das aulas. O plano de ensino foi mais ou menos o que tinha planejado e pensado no Projeto de intervenção, assim, trabalhou com conceitos como escravidão, monarquia, império, religião, família, antecedentes, ascensão, crise, fez trabalho em grupo e avaliação final das aulas. O estagiário enfatiza que a escolha do tema se deu por conta do assunto fazer parte do currículo de Santa Catarina para o 6º ano e também por ser um desafio trabalhar com tal, pois não tinha muita ligação e intimidade com o tema, assim desafiando-se a pesquisar, estudar mais sobre o assunto, podendo além de ensinar, aprender muito, não só em relação ao tema, mas ao contexto geral que envolve a profissão docente e o estar em sala de aula. O estagiário relata que essa primeira turma, foi muito participativa, ajudando a construir as aulas conforme o tempo ia passando o Plano de ensino foi se modificando, por dois motivos, o primeiro porque o estagiário teve que ficar de atestado durante duas semanas interrompendo o estágio, e o segundo porque sentiu necessidade de ir modificando as aulas conforme elas iam ocorrendo, já que os alunos foram colaborando e mostrando cada vez mais interesse no assunto.

Já com relação a turma B, o estagiário “F”, relatou ser uma turma completamente diferente da outra, observou ser uma turma mais madura em termos de características, mas também muito agitada e diferente da outra turma com que trabalhou, pois a outra conversava sim, mas também era muito participativa e interessada, realizando as atividades. A turma B já de cara não o recepcionou muito bem, demorando algumas aulas para ter mais intimidade. Conta também, que por serem turmas opostas, fez com que aprendesse muito lidar com as situações diversas. O Plano de ensino foi pensado da mesma forma que o da turma anterior, já que eram duas turmas de 6º ano, continuando na linha de raciocínio do Projeto de intervenção, com a mesma temática. Relata que trabalhar com essa turma nas primeiras aulas foi muito complicado, já que teve que ficar três aulas sozinho com a turma, em função da professora titular ter outros compromissos e não poder permanecer na sala de aula acompanhando. Assim, os alunos geralmente faziam muita bagunça, não respeitavam, não prestavam atenção, não ouviam chamar a atenção, foi a partir da quarta que os alunos começaram a confiar mais no estagiário e participar mais das aulas. Ao fim das aulas o estagiário aplicou uma avaliação com a turma, porém, ficou muito surpreendido com as notas da turma B, as quais foram muito bem, com notas muito boas. Nessa turma, conta também que existiram situações desagradáveis com alguns alunos, mas que isso serviu para aprender e entender realmente como é o dia a dia em sala de aula.

O estagiário “F” reconhece que apesar de ter trabalhado com duas turmas opostas e isso o ter surpreendido muito, entendeu que essas situações diversas que ocorreram agregaram, e muito, para sua formação, que foi possível observar e entender que ser professor é um estudo e um esforço diário para saber lidar com os mais variados momentos.

#### **4.4 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Após descritos e analisados os Relatórios, é possível identificar diversas questões, como a expressão utilizada por muitos estagiários de que o estágio seria um momento de observar e analisar a “realidade escolar” a qual estariam inseridos

após a graduação. Apesar de alguns estagiários que já haviam tido um contato com a escola antes dos estágios através do PIBID, outros teriam o primeiro contato com a sala de aula e a escola, a partir de uma outra visão, durante o estágio curricular, uma vez que agora observariam esse espaço com um olhar mais profissional do que aquele que tinham quando estavam na educação básica. Nos Relatórios analisados, foi possível verificar que os alunos/estagiários não enfatizaram muito a questão sobre o que esperavam dos estágios, começavam já falando sobre as escolas, como consideravam essa etapa importante.

Vale destacar que os alunos/estagiários não realizavam apenas observação das aulas, mas sim da estrutura física da Escola, conversavam com os coordenadores, os professores, se ambientavam com a Escola, para então iniciar a docência no segundo momento de estágio. Essa questão é muito importante tendo em vista que o estagiário observa a escola como um coletivo, e não apenas a sala de aula em específico. Assim o estagiário além de observar a interação de aluno com aluno, o comportamento em sala de aula, observava também a interação de aluno com professor e os métodos utilizados. Muitos enfatizaram que mesmo não sendo o objetivo do estágio de observação analisar os professores e seus métodos, faziam essa análise para fazer uma reflexão sobre si próprio como profissional e quais seriam os métodos que poderiam utilizar para tentar no segundo momento de estágio fazer com que suas aulas fossem as melhores possíveis, e de acordo com cada turma realizar elas da melhor forma possível.

Como já debatido anteriormente nessa pesquisa, Pimenta e Lima (2004) afirmam ser necessário a reflexão da realidade observada durante o estágio, e que a finalidade do estágio seria essa, de propiciar ao aluno/estagiário uma aproximação da realidade que irá enfrentar após a graduação, na educação básica. Por isso a reflexão sobre essa realidade é extremamente importante, e é possível perceber nitidamente nos relatórios analisados, que os estagiários estavam preocupados em observar atentamente os detalhes e após isso refletiam e analisavam como poderiam proceder para melhor realizar suas aulas. As autoras também afirmam que essa postura investigativa dos estagiários é muito importante já que podem trazer contribuições para esse campo de estudo.

Scalabrin e Molinari (s/d), também discorrem sobre essa questão de

observação da realidade, sendo que a partir da observação podem refletir e pensar nas questões teóricas e práticas, não só da sua atuação em sala de aula, mas também na educação como modo geral, tendo em vista que o professor não pode pensar apenas de forma singular, mas sim coletiva. O estágio e a profissão docente em si é um constante trabalho de troca de experiências, vivências, é um trabalho coletivo para então cada vez mais obter sucesso no campo da educação.

Como está previsto nas leis e diretrizes, o estágio não deve ser algo desarticulado do curso, deve se ter toda uma ligação com esse momento, é preciso ligar teoria e prática como já debatido anteriormente. Dentro do curso de graduação em história da UFFS é visível a previsão de realização da prática pedagógica em praticamente todos os componentes curriculares como observado no PPC, não deixando a realização da prática para apenas durante os estágios.

Durante a análise dos Relatórios, foi possível perceber que os alunos articulavam os estudos feitos por autores como Jean Piaget, Selma Garrido Pimenta e vários teóricos que discorrem sobre os estágios e o ensino de história propriamente dito.

O estágio em História é o momento que o aluno/estagiário irá entender na realidade como é a profissão, e o mais importante, que é compreender o quão necessário é provocar nos alunos a sua inserção como sujeitos históricos, que se sintam parte da história e sejam crítico-reflexivos em sociedade, podendo os estagiários perceber assim, como é necessário o aprendizado diário, o convívio com a realidade já desde a graduação.

Por diversas vezes foi possível perceber a importância da orientação e ajuda do orientador de estágio, tendo em vista ser a primeira vez de muitos dos alunos/estagiários como professores, assim o trabalho coletivo de ajuda do orientador agregou muito para o entendimento e reflexão dos estagiários. É de fundamental importância durante o estágio e durante a formação em geral, a articulação da instituição de ensino, os professores, os alunos, a unidade concedente do estágio, seus professores, enfim, a articulação de forma geral para uma melhor formação desse profissional.

Todos os alunos tiveram durante o período de observação a possibilidade de análise dos PPP's para conhecimento da escola, seus projetos, o contexto geral, o

que é muito válido, pois é necessário para o professor, estagiário, o conhecimento do ambiente, da comunidade escolar que irpa trabalhar, para melhor conhecer a realidade e realizar seu trabalho.

Percebo nos Relatórios de estágio também a utilização de questionários que os estagiários aplicavam no estágio de observação, em cada sala de aula que observaram, para conhecimento dos alunos e que consideraram muito importante para o conhecimento das turmas trabalhadas, dos alunos em questão, para então fazer seu segundo trabalho que seria um projeto de intervenção e posteriormente um plano de ensino, assim poderiam pensar e escolher os métodos que melhor se adequassem para suas aulas e suas intervenções no estágio II, que seria o de docência.

O planejamento foi um grande ponto observado nos Relatórios, pois a partir deles se conseguia planejar e pensar melhor como deveriam proceder. Portanto para realizar o planejamento, é preciso conhecer a si próprio como professor, conhecer os alunos, o contexto escolar e da turma, para então escolher e planejar os melhores métodos, não se deve considerá-lo como algo apenas técnico, no caso do estágio, o mesmo deve auxiliar o estagiário e professor.

Os alunos/estagiários percebem que nem todas as turmas são iguais, sendo assim, é possível analisar que dar aula e ser professor é um desafio diário, é saber lidar com situações diversas a todo momento e o estágio é um momento muito importante, um caminho a ser percorrido, que faça o futuro professor entender isso e ver essa realidade. Ser professor é um eterno aprendizado, e durante o estágio, mais do que nunca, se entende isso, tendo em vista que nenhum aluno, nenhuma turma, nenhuma escola será igual a outra, precisando buscar aprender constantemente. Assim, o estágio curricular supervisionado obrigatório, é um passo muito importante para o conhecimento e entendimento da realidade docente.

Cumpré destacar que foi possível perceber durante a análise dos relatórios que os alunos perceberam como o ensino de história era visto pela maioria e que o mesmo não representava importância significativa. Não se viam sujeitos históricos.

Dmitruk (1998), como já enfatizado em outros momentos nessa pesquisa, enfatiza a necessidade de provocar nos alunos a reflexão, de fazer com que o alunos sejam crítico-reflexivos, falando inclusive da história tradicional que se

costuma ensinar na disciplina de história na educação básica, afirmando que não se trata de deixar de lado completamente essa história linear e tradicional, mas sim, de mostrar aos alunos que a história não é algo distante, pronto e acabado, que os mesmos devem se inserir como sujeitos históricos na sociedade, e o professor de história precisa entender e passar isso. Por tanto, com base nos Relatórios, foi possível perceber que os alunos/estagiários de história da UFFS tem nítido isso, que a maioria busca trabalhar os conteúdos da melhor forma e ainda relacionar com a realidade e mostrando aos seus alunos que eles também fazem parte da história e devem refletir sobre.

É preciso renovar-se a todo momento, não se pode parar na graduação e praticar um mesmo método de ensino com todas as turmas na escola inteira, é preciso adaptar-se. Além disso, o professor começa a formar uma identidade própria ainda na graduação, por isso é necessário para uma formação de qualidade que todo o curso seja algo articulado, não separando teoria de prática, sempre articulando e não deixando para um dos últimos momentos da graduação a prática no estágio.

Foi possível chegar a conclusão que os alunos/estagiários atribuem grande importância aos estágios durante a graduação, para sua formação. Afirmando constantemente o aprendizado e o quanto foi possível estar melhor preparado para exercer a profissão e o depois da graduação, enfatizando que os estagiários analisados não querem se dizer prontos, mas sim melhor preparados com o momento do estágio, entendendo que o ser professor é um aprendizado e uma busca por conhecimento contínuo. Apesar de se estudar muito durante todo o curso as questões referentes a educação básica e realizar as práticas pedagógicas, durante o estágio os futuros docentes conseguem lidar, observar, vivenciar a realidade profissional, e percebem que ser professor é um aprendizado constante, é estar preparado para as diversas situações que possam surgir, é entender cada aluno com suas dificuldades, facilidades e peculiaridades, é se propor além de ensinar, aprender, e o estágio é um importante passo para essa percepção e reflexão, cabendo ao aluno/estagiário fazer do seu estágio um momento de análise, aprendizado, percepções e tirar ao máximo proveito do espaço em que se insere, para sua formação.

Também é possível analisar que a formação do professor influencia muito a sua vida profissional e que professor, esse aluno/estagiário se tornará, por isso o estágio ou os estágios durante o curso são de fundamental importância, tendo em vista que ali o aluno consegue ligar toda a sua formação e vivenciar a realidade da qual estará fazendo parte. Bem como identificar o que pode mudar, de que forma pode agir, para melhor exercer seu trabalho e alcançar seus objetivos, pois é imprescindível que o professor recém-formado seja um profissional formado com qualidade, que não seja apenas mais um, mas que tenha em si uma vontade de ser diferente e promover uma educação de qualidade. Além disso, durante o estágio é possível tecer relações, tanto entre Universidade e Escola, como com os professores, funcionários e pessoas que permeiam esse ambiente, sendo possível uma troca de experiências, informações e aprendizados.

Durante a análise dos Relatórios foi visível que os alunos/estagiários avaliam, percebem e vivenciam o estágio de diferentes formas, pois enquanto uns aproveitaram o período de greve e vivenciaram o que é essa parte da profissão, outros apenas a viram como um impasse para a realização. Aqueles que vivenciaram a fundo essa experiência relatam ter acrescentado muito em sua formação, mesmo não tendo deixado de enfatizar que poderia ser um ponto que dificultasse o andamento do estágio. Outros apenas avaliaram como um ponto de dificuldade.

Observou-se também que os alunos aplicavam questionários para conhecimento dos alunos, durante o estágio de observação, como cita o estagiário "C" disposto anteriormente, e isso é um ponto discutido e indicado pelas autoras Pimenta e Lima (2004), onde enfatizam a necessidade de conhecer quem são os alunos com que irá se trabalhar, para poder definir "para onde se quer conduzi-los". Então entende-se a importância dessa análise dos alunos, tanto de contexto social, de quais métodos gostam mais, quais as suas dificuldades, entre tantas outras questões, para se poder fazer uma aula que o professor consiga atingir seus objetivos, e além disso, para entender que nenhuma turma, aluno, escola, será igual a outra, todos terão características próprias, sendo necessário utilizá-las a seu favor no andamento da aula.

Muito observou-se durante a análise dos Relatórios o fato dos estagiários

caracterizarem as turmas como calmas ou agitadas, e por diversas vezes dar a entender que o melhor seria uma turma mais calma. Isso se dava muitas vezes também pela influência dos professores da escola, que davam a entender que uma turma agitada seria algo ruim sempre. Miriam de Lacerda (2012) discorre sobre essa questão e também o medo dos alunos que alguns professores tem.

O convívio com alunos, pais e professores tem me permitido observar que muitos docentes constroem uma imagem de aluno, associada ao que acreditam que o jovem deveria ser (estudioso, atento, respeitoso...). Essa desarmonia entre o “pensar” sobre quem deve ser o aluno e os alunos que “se apresentam” diante deles, leva-os a descrevê-los, quase invariavelmente, pelo signo da falta, do que julgam que todos os jovens deveriam apresentar e possuir. (LACERDA, 2012, p. 2)

O que é possível analisar, é que muitos alunos/estagiários, como também os próprios professores das turmas, buscam alunos mais quietos, calmos, que façam tudo de acordo como planejaram. Mas o fato é que é preciso entender e saber lidar com os alunos “agitados”, curiosos, que se tem hoje. Os alunos não são como em outros tempos, quietos, que não podiam perguntar, expor suas opiniões, refletir, criticar sobre os assuntos. Lacerda (2012) coloca que encarar que os alunos de hoje sejam diferentes do que foram em outros tempos, é um dos desafios postos aos professores. Entretanto, também foi possível perceber que os alunos/estagiários tinham a tendência de querer a turma mais calma, enquanto faziam a observação, pois o que se observou quando foram para a prática docente, é que muitos se identificavam mais e gostavam mais de trabalhar com as turmas que caracterizaram por serem “agitadas”. Em sala de aula, durante toda a graduação se ouve e se estuda muito que professores de história precisam instigar nos alunos a criticidade, a se inserirem como sujeitos históricos e os próprios estagiários tem essa consciência, por isso, quando vão para a prática, essa turma caracterizada como mais agitada seja melhor de se trabalhar para atingir esses objetivos.

Um dos estagiários que relatou que teve medo antes de iniciar seu estágio, foi o estagiário “D”, também enfatizou que alguns professores disseram que determinada turma era muito agitada e era uma “turma problema”, porém após realizado o estágio, se disse surpreendido, pois a turma era agitada, curiosa e gostava de interagir, e isso era tido como “problema” para alguns professores, já

para o estagiário era o que ele buscava, reforçando ter gostado muito de trabalhar com determinada turma justamente pelo mesmo motivo que muitos professores diziam ser algo ruim.

Então hoje é preciso entender que cada aluno é subjetivo, que quanto mais curioso melhor para atingir o objetivo de instigar no aluno o senso crítico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar ao longo dos anos com as modificações na educação, e principalmente, em relação a formação do futuro docente, um amplo debate esteve e está relacionado com a teoria e prática existentes nos cursos. Sendo perceptível que sempre se teve uma preocupação com a prática/estágio durante a formação.

O estágio é de grande importância na formação do futuro professor, já que trás questões a serem pensadas e vivenciadas após a conclusão do curso, no cotidiano da sua vida profissional. Entendendo o estágio hoje como um meio de se vivenciar por alguns instantes o que está por vir após a formação, preparando para esse cotidiano, induzindo a reflexão e análise de como será sua atuação e seus métodos como professor efetivamente.

Como foi perceptível ao longo dessa pesquisa, a formação docente, e a prática/estágio em específico, teve várias modificações, inclusive de acordo com o momento e do que se buscava, quais os objetivos da educação em determinadas épocas. Por isso, a prática e o modo de se formar um professor e de ser o professor mudaram conforme as “necessidades” e objetivos, assim, por algumas vezes os professores eram formados de modo a serem uma pessoa que repassava conteúdos apenas, que aplicava métodos e planos já feitos e que em algum momento foram considerados bons, que não provocava a reflexão, entre outros. Hoje a educação está inserida de modo diferente, e assim, a formação do professor se torna diferente. Nos dias atuais o que se busca é formar professores capazes de provocar a reflexão, e entender que o que se está estudando não é algo pronto e acabado, que é passível de discussão e reflexão.

Os professores de história hoje, principalmente os alunos da UFFS do curso de história, são formados para serem capazes de despertar em seus alunos a reflexão, a sua inserção na história como seres críticos-reflexivos. Assim, durante a análise dos relatórios de estágio, foi possível observar que os alunos/estagiários têm bem claro essa questão e fizeram seus planos tentando abarcar esse objetivo, inserindo o aluno na história, fazendo a ligação dos temas com a realidade.

Durante a análise dos Relatórios de Estágio, também foi claro a caracterização

que os alunos fazem em relação das turmas calmas ou agitadas, muitos entendiam que eram melhor uma turma mais calma quando faziam as observações em sala, e isso se dava muito também pelo “conselho” dos professores que relacionavam a turma mais agitada como algo ruim, mas durante a docência, foi possível perceber que os alunos/estagiários preferiam aquelas turmas que até conversavam mais, mas que também eram mais curiosos, participavam mais, debatiam, interagem, tornando a aula mais dinâmica. Então essa questão de se procurar/querer uma turma mais calma, era por conta de entender que fosse melhor ter uma classe mais calma, mas quando os mesmos iam para a prática da docência, era preferível essa turma um tanto mais agitada, até para poder ter mais noção da realidade e das diversas situações que os professores tem em seu dia a dia.

Pode-se perceber que o Planejamento das aulas foi muito importante para o desenvolvimento das aulas dos alunos/estagiários, mesmo que muitas vezes precisassem alterá-lo por diferentes motivos, os planejamentos são assim mesmo, importantes para guiar os passos, os objetivos, e de acordo com o decorrer das aulas é necessário mudá-lo.

Os alunos/estagiários então atribuem grande importância ao Estágio Curricular Supervisionado durante suas formações, por todas essas questões já enfatizadas, por acreditarem ser um momento de aprendizagem, de vivência da realidade, de ligação de todo o curso com o exercício da profissão na prática. É um momento para entenderem que ser professor é estar em constante aprendizagem, ali os mesmos tem uma noção das diversas situações que vão encontrar, também compreendem que nenhum aluno, escola, turma será igual ao outro, por isso a importância do conhecimento dos seus alunos e do contexto escolar, do planejamento, para poder realizar uma aula da melhor forma possível para se chegar aos objetivos que se propõem.

Também é preciso enfatizar que essa pesquisa e discussão não está terminada aqui, que muitas outras questões podem ser abertas e debatidas em relação a esse tema e também diversas questões expostas nesse trabalho podem ser aprofundadas futuramente, tendo em vista que a pesquisa na área da educação não deve ter fim, precisa estar sempre em debate, seguindo na busca por uma educação cada vez com mais qualidade. Assim, a pesquisa em estágio na formação

de professores também é importante para se avançar sempre na formação docente e na educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

BRASIL. LEI Nº 452, DE 05 DE JULHO DE 1937.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.190, DE 04 DE ABRIL DE 1939.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946.

BRASIL. CNE/CP nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

BRASIL. CNE/CP Nº 009, DE 08 DE MAIO DE 2001.

BRASIL. CNE/CP Nº 028, DE 02 DE OUTUBRO DE 2001.

BRASIL. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

BRASIL. CNE/CES 13, DE 13 DE MARÇO DE 2002.

**Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: lei nº 11.788/2008.** Brasília. Disponível em: <[http://www.inqc.org.br/estagios/Cartilha\\_Lei\\_Estagio.pdf](http://www.inqc.org.br/estagios/Cartilha_Lei_Estagio.pdf)> Acesso em 28/03/2016.

COSTA, Branca Silva. **O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”**. 2009. 127 f. Dissertação (mestrado em história) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009, p. 10-26.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SURGIMENTO E TENDÊNCIAS ATUAIS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL**. Revista jurídica UNIGRAN, Dourados, MS, v. 11, n. 21, 2009.

DMITRUK, Hilda Beatriz. **A história que fazemos: pesquisa e ensino de história**. Chapecó: Grifos, 1998.

DOTTA, Leanete Thomas Dotta; GIOVANNI, Luciana Maria; LOPES, Amélia. **Educação superior e formação de professores: o papel da investigação na constituição identitária profissional docente**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 2, 561-594, jul./dez. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario%201/Downloads/23425-82204-1-PB.pdf>> Acesso em 24/05/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **O papel do estágio nos cursos de formação de professores.** PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991, p. 47-56.

FERNANDES, Jéssica Luana; NASCIMENTO, Lívia Sonalle do. **O ESTÁGIO COMO CAMPO DE PESQUISA E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE.** Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/0ef2f790ea14b26d4da268bb358f7799\\_438.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/0ef2f790ea14b26d4da268bb358f7799_438.pdf)> Acesso em 23/05/2016.

FERNANDES, Rebeca Chiacchio Azevedo; NETO, Jorge Megid. **MODELOS EDUCACIONAIS NAS PESQUISAS SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS DA ESCOLARIZAÇÃO (1972-2005).** Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/1395.pdf>> Acesso em 22/03/2016.

FILHO, Agnaldo Pedro Santos. **O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente.** 2010. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp>> Acesso em 15/04/2016.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf>> Acesso em 15/04/2016.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **CURSO NORMAL: DIFERENTES TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO.** 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/110\\_253.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/110_253.pdf)> Acesso em 22/03/2016.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **As políticas externas e a formação de professores na história da educação brasileira (1930-1946).** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 40, p. 1063-1082, set./dez. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario%201/Downloads/dialogo-12308.pdf>> Acesso em 29/03/2016.

JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires; QUEIROZ, Caroline Trapp de. **Licenciatura ou Bacharelado: Docentes refletem sobre sua prática pedagógica.** Anais do XV encontro regional de história da ANPUH. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338330321\\_ARQUIVO\\_PIRESJUNIOR.QUEIROZ.LicenciaturaouBacharelado.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338330321_ARQUIVO_PIRESJUNIOR.QUEIROZ.LicenciaturaouBacharelado.pdf)> Acesso em 30/03/2016.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. **Com medo dos alunos.** IX Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Psicologia\\_da\\_Educacao/Trabalho/06\\_20\\_12\\_2345-6859-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Psicologia_da_Educacao/Trabalho/06_20_12_2345-6859-1-PB.pdf)> Acesso em 17/06/2016.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27-47.

MILANESI, Irton. **Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 209-227, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n46/n46a15.pdf>> Acesso em 24/04/2016.

MOLINARI, Adriana Maria Corder; SCALABRIN, Izabel Cristina. **A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS LICENCIATURAS**. Revista Unar, v. 17, nº 1, 2013. Disponível em: [http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7\\_n1\\_2013/3\\_a\\_importancia\\_da\\_pratica\\_estagio.pdf](http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf)> Acesso em: 08/05/2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **A criação das licenciaturas curtas no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.45, p. 340 -346, 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01_45.pdf)> Acesso em 22/06/2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. **A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, 2013, p. 265-304.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão**. PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991, p. 13-34.

PIMENTA, Selma Garrido. **O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Unidade teoria e prática?**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-80.

QUEIROZ, Cecília; MOITA, Filomena. **AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E SEUS PRESSUPOSTOS**. Campina Grande: Natal. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos\\_socio\\_filosoficos\\_da\\_educacao/Fasciculo\\_09.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos_socio_filosoficos_da_educacao/Fasciculo_09.pdf)> Acesso em 22/03/2016

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL NOS ANOS 1990**. Marília, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0004.pdf>> Acesso em 14/04/2016.

## **FONTES**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História-licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, 2010.

Relatórios de Prática Docente: Ensino Fundamental. Chapecó: UFFS, arquivo do curso de história, amostragem, 2015/2.

Relatórios de Observação didático-histórico: Ensino Fundamental. Chapecó: UFFS, arquivo do curso de história, amostragem, 2015/1.

Projetos de Intervenção didática em Ensino de História: Ensino Fundamental. Chapecó: UFFS, arquivo do curso de história, amostragem, 2015/1.